

**ATA Nº 76 – 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Data: 30 de março de 2017

Local: Auditório – Campus Bagé

Horário: 8 horas e 40 minutos

**Participantes:** o Vice-Presidente no exercício da Presidência Maurício Aires Vieira; o Decano do Conselho Universitário Victor Paulo Kloeckner Pires; os Diretores das Unidades: Roberlaine Ribeiro Jorge, Cláudio Sonáglio Albano, Aline Lopes Ballardares, Thiago Antônio Beuron, Cristiano Ricardo Jesse, Ana Cristina da Silva Rodrigues, Rafael Vitória Schmidt, Ronaldo Bernardino Colvero, Cháriston André Dal Belo e Marcus Vinícius Morini Querol; os Pró-Reitores: Evelton Machado Ferreira, César Augustus Techemayer, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior, Alessandro Gonçalves Girardi, Ricardo Howes Carpes, Marcello Ferreira, Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários e Nádia Fátima dos Santos Bucco; os Docentes: Adriana Gindri Salbego, Ana Paula Lüdtke Ferreira, Camila Gonçalves dos Santos do Canto, Daiana Silva de Ávila, Débora Nayar Hoff, Douglas Mayer Bento, Edson Romário Monteiro Paniágua, Franck Maciel Peçanha, Hélvio Rech, João Antônio Gomes Pereira, Júlio César Mendes Soares, Nara Rejane Zamberlan dos Santos, Osmar Manoel Nunes, Rogério Rodrigues de Vargas, Sérgio Ivan dos Santos e Vicente Guilherme Lopes; os Técnicos-Administrativos: Denis Jeferson Pereira Cobas, Jonatan Jean Silveira da Silva, Lúcia Irala Leitão, Milena Skolaude Carvalho e Thiago Eliandro de Oliveira Gomes; os Discentes: Diego de Matos Noronha, Fábio Mendes Rodrigues e Rafael Stein Barcellos.

Registramos as ausências justificadas dos conselheiros: Marco Antonio Fontoura Hansen, Patrícia Schneider Severo e Helena Beatriz Costa de Oliveira.

Ausentes sem justificativa, os conselheiros convocados: Everton Ferrer de Oliveira. Fábio Luís Tomm, Miro Luiz dos Santos Bacin, Victor Hugo Veppo Burgardt e Wilson Machado Júnior.

Registramos as presenças dos servidores: Jeferson Lopes Goularte (AUDIN), Pierre Correa Martin (DTIC) e Rafael Martins Sais (PROPLAN).

Como primeiro ato da reunião, o Vice-Presidente no exercício da Presidência solicitou um minuto de silêncio pelo trágico falecimento da Professora Márcia Cristina Cera, do discente Ivanei Rodrigues Lemes, esposo da Professora Márcia, e da filha do casal, Aurora Lemes, ocorrido em fevereiro.

Na sequência, o Diretor do Campus Alegrete, Professor Roberlaine Ribeiro Jorge, também prestou homenagem em nome da comunidade acadêmica do Campus Alegrete, apresentando um vídeo realizado pelos alunos da Professora Márcia Cera.

Passaram então para a pauta da 76ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário

**1. Posse de Novos Conselheiros:**

**1.1** O Presidente empossou os novos conselheiros docentes: Marcello Ferreira, como Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários; Camila Gonçalves dos Santos do Canto, Douglas Mayer Bento e o discente Fábio Mendes Rodrigues.

## **2. Relatório de Gestão 2016**

**2.1 Processo:** 23100.000745/2017-01. **Origem:** PROPLAN/Divisão de Planejamento Estratégico. O Presidente da Mesa explicou como foi a elaboração do documento, salientando que pela primeira vez há um Relatório ricamente detalhado. Informou que o Auditor Professor Jeferson Goularte e sua equipe fizeram um excelente trabalho, com todas as possibilidades de apontamentos e ajustes do processo de melhoria dos fluxos. Tais apontamentos foram assinalados nos mínimos detalhes, a fim de que se trabalhasse e obtivesse o melhor resultado possível. Disse saber das fragilidades e da dificuldade na coleta de dados, embora a PROPLAN estivesse trabalhando no Relatório desde o final de 2016. Salientou que o Auditor, por solicitação do Reitor, compareceu à Reunião para esclarecer dúvidas que poderiam surgir. Lembrou que a data para envio do documento aos órgãos de controle é 31 de março, ou seja, no dia seguinte à reunião. O Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura, Luís Hamilton e o Pró-Reitor de Administração, Evelton Machado, apresentaram os detalhes do Relatório de Gestão, esclarecendo que este é a síntese do que é realizado pela Gestão Superior, pelas Pró-Reitorias e pelas Unidades Acadêmicas. É também a informação dos dados orçamentários e financeiros da Instituição, ou seja, é o detalhamento aos órgãos de controle e fiscalização do que efetivamente foi realizado pela Instituição em 2016. Foram explicados um a um os itens apontados pela análise técnica da AUDIN que embasou o relatório do CONCUR. Frisaram que estão trabalhando para que esses apontamentos deixem de ser feitos. O Presidente agradeceu à AUDIN pela apresentação e cumprimentou a equipe pelo trabalho. Explicou que a Gestão considera o Relatório um ato pedagógico e que o posicionamento do Magnífico Reitor é de total clareza e transparência, e, em havendo inconformidades, a Gestão, como administração pública, precisa corrigi-las. Relatou que a AUDIN realizou esse trabalho a pedido da Gestão. Salientou que a equipe estava trabalhando nos itens apontados pela AUDIN, aguardando pelo relatório do CONCUR, para ver se haveria mais sugestões. Solicitou ao Professor Jeferson que relatasse o processo para tranquilizar os conselheiros de que esse era o fluxo. Na sequência, o Auditor explicou que o Relatório é da Gestão, que deve estar acompanhado de Relatório da AUDIN e de pareceres do CONSUNI e do CONCUR. Disse que, além da prestação de contas de 2016, haverá o julgamento de contas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a necessidade de que a Controladoria Geral da União (CGU) faça uma auditoria na Instituição, anexando um relatório a essa prestação de contas. Salientou que o trabalho da AUDIN ocorreu durante todo o período e não somente durante o processo de análise do Relatório, e que, para se chegar à conformidade do que é solicitado pelo TCU, é necessária uma análise técnica para subsidiar o estudo de conteúdo. Salientou que os apontamentos da AUDIN são encaminhados aos gestores para que se manifestem, ou seja, para que os gestores participem de todo o processo, tendo conhecimento tanto do que está em conformidade como das inconsistências. Explicou que os gestores, quando não podem corrigi-las no ato, devem manifestar como essa correção será feita ao longo do tempo. Sobre a análise técnica, salientou-se que é algo já ocorrido, e, por isso, as recomendações da Auditoria são no sentido de que o Gestor da Instituição solicite a verificação das responsabilidades e atenda às recomendações por meio de planos de ação para que os problemas não sejam recorrentes. O Auditor comentou um a um os apontamentos da AUDIN, que fazem parte do Relatório ora em análise, salientando a importância de haver planos de ação a fim de não ocorrerem mais esses apontamentos. Sobre conteúdo, disse que são seguidas as normas, especificações e decisões do TCU, e a essas conformidades é que o relatório da AUDIN está condicionado para o atendimento dos itens que serão inseridos no sistema e-Contas, ou seja, as correções dos quadros da execução orçamentária, uma vez que é ali onde ficam demonstrados os valores investidos pela Universidade que devem ser bastante percebidos por todos, pois se trata de execução orçamentária e isso foi corrigido. Além das que foram corrigidas, ainda seriam necessárias as correções das recomendações 19, 20, 21 e 22 para que se tivesse um relatório que atendesse às orientações do TCU. Foi declarado que, em relação à análise técnica, a AUDIN não fez condicionamento, pois é algo que o gestor deve fazer futuramente nos planos de ação e porque não existem correções que possam ser feitas, uma vez que são

atos e decisões tomadas que chegaram naquela situação. Nesse mesmo sentido, os auditores apresentaram o Relatório de Auditoria Interna ao Conselho Curador, da mesma forma que sempre apresentam ao Reitor, ao Vice-Reitor e à área auditada. Tudo isso também é informado à Controladoria Geral da União, uma vez que as auditorias são supervisionadas e orientadas pela CGU. Finalizando sua fala, o Professor Jeferson disse que até o momento a recomendação do TCU é aquela do acórdão: uma observação sobre prorrogação de contratos com prazo superior a 60 meses. Por fim, colocou-se à disposição para outros esclarecimentos necessários. O Presidente agradeceu ao Professor Jeferson e disse que pensava ter ficado claro aos conselheiros o porquê do cuidado com o julgamento de contas, já que foi um pedido do Reitor. Explicou aos novos conselheiros que, após a explanação das matérias, é aberto um espaço para debate, e que, no momento da votação, que é nominal, não cabe mais espaço para esclarecimentos. A conselheira Ana Paula Ferreira cumprimentou a equipe da AUDIN pelo cuidado e detalhamento na elaboração do relatório de auditoria. Disse que lamentava o Reitor não estar presente na apresentação do primeiro Relatório de Gestão da atual Gestão, de modo a debaterem as questões apontadas. Considerou que algumas questões são recorrentes e que não cabe mais dizer “a situação do ano passado”, quando os atuais gestores estavam assumindo um Relatório que não era deles. Disse que, além de ser para o TCU, este Relatório é para a comunidade, a fim de entender o que foi feito e qual o contexto na Instituição, como os recursos disponibilizados pelo Governo Federal foram utilizados para a atividade-fim. A conselheira apontou vários erros com relação ao texto, concordância, pontuação e falta de números, que precisam ser revisados. Na comparação entre o planejamento e o que foi feito, disse haver alguns dados de planejamento que não ficaram claros; algumas metas que foram retiradas do PDI, mas várias outras que não foram, questionou esse planejamento formal, realizado por quem e em que circunstâncias. Apontou que na página 24 aparece a criação de um curso com 400 vagas em 2016. Disse que para o Curso de Letras EaD não foi aprovada essa quantidade de vagas. Também apontou que há uma afirmativa de que 90% dos cursos estão na modalidade *intercampi*, solicitando explicações sobre o que isso significa e como chegaram a esse percentual. Na página 26 do Relatório de Gestão, quanto à questão da pesquisa, fala-se em três sistemas de gestão da informação sobre pesquisa, sem que sejam citados os sistemas, se são internos ou externos. Da mesma forma, na página 27, cita-se a criação de um programa de avaliação da pesquisa sem se especificar a disponibilidade e o funcionamento. Sobre a Educação a Distância, fez questão de repetir uma fala anterior a respeito dos dados de EaD, já que na página 28 é afirmado que a Instituição possui 861 componentes curriculares que utilizam a EaD: “861, fazendo uma média, dá 14 componentes curriculares e se sabe que isso não acontece, mas pior ainda é quando dizem que 12,5% dos cursos têm componentes EaD, o que corresponde a oito cursos na Instituição”. Salientou que se dividirem 861 por oito cursos o resultado é de 107 componentes curriculares por curso, porém, um curso possui, em média, 50 componentes curriculares. Disse que no ano passado essa informação já estava errada, foi apontada e mesmo assim foi incluída no RG, salientando que esses números não fazem nenhum sentido. Citou ainda a página 31, onde consta que 100% dos PPCs têm curricularização de pesquisa e extensão, o que não é verdade, haja vista que a Universidade está debatendo sobre tais atividades, pois atualmente alguns cursos possuem essas atividades, porém não chegado a 10%. Sobre a página 34, comentou que alguns objetivos têm o planejado igual ao realizado até a segunda casa decimal, o que já identifica erro. Disse que, se nada foi planejado, há o problema da falta de planejamento e que não se pode planejar depois da realização. Constatou também que na página 35 se afirma que 100% dos alunos são atendidos por programas de nivelamento, o que considera desnecessário comentar. Sobre aperfeiçoamento institucional, a partir da página 36, aparentemente nada foi feito na adaptação da estrutura: sistema de protocolo eletrônico inexistente nos *campi*, entretanto sabe-se que no Campus Alegrete estava sendo implantado. O relatório afirma que sete edificações foram projetadas ou construídas com uso de recursos e materiais sustentáveis, porém não é o que se constata pelos editais publicados, já que na Instituição não há obra seca, mas sim pouco sustentáveis. Outra questão apontada pela conselheira foi sobre os

quatro diagnósticos concluídos sobre acessibilidade em vários *campi*. A conselheira aponta que o único diagnóstico sobre acessibilidade física e arquitetônica nas Unidades, que se tem acesso no *site*, é um relatório de 2012 que foi publicado em 2015, um relatório mais acadêmico e pedagógico do que propriamente técnico em questões de edificações. Também salientou que consta neste RG a colocação de coberturas em estacionamentos a fim de atender esses recursos de acessibilidade, quando se sabe que existem maneiras mais diretas e de baixo custo para atender à Lei de Acessibilidade e que não são implementadas nos *campi*. Aproveitou tais apontamentos e solicitou o diagnóstico sobre o Campus Bagé. Na página 40, sobre desenvolvimento humano, está dito que não foi possível obter indicadores sobre as ações de desenvolvimento de pessoal em razão da restrição orçamentária. A conselheira disse não ter entendido e solicitou esclarecimentos de como a restrição impede o levantamento de indicadores, uma vez que as pessoas e os registros são da Universidade também. Entrando na área da educação, disse que a PROGRAD planejou e desenvolveu uma ferramenta para acompanhamento do egresso, mas também não explicita que ferramenta é essa e como funciona. Disse ter buscado tal informação no *site* da Pró-Reitoria, onde não há nada relacionado a isso, a não ser um relatório na página da PROPLAN, elaborado pela antiga Coordenadora de Avaliação, até 2015. No quadro 23, estão dados sobre graduação, evasão, transferências, disse haver diversas divergências, sem a devida padronização das transferências internas na Instituição. Com relação ao quadro 24, onde constam 156 novos ingressantes no Curso de Engenharia de Energias com a justificativa de que o Curso mudou de nome, a conselheira rebateu tal informação, dizendo que essa mudança não justificaria novos ingressos. Questionou se houve criação de um novo curso; se o Curso de Engenharia de Energias Renováveis não existe mais e agora só existe o Curso de Engenharia de Energias, pois se os alunos saíram de um curso e foram para outro, isso sim é relevante, pois, na criação de um novo curso, este ainda sem reconhecimento, considerando a migração de discentes, daqui a pouco haverá alunos formados em curso sem reconhecimento. Salientou que tiveram esse cuidado com relação à mudança no Curso de Letras do Campus Bagé, onde alunos que já haviam integralizado grande parte dos componentes curriculares mantiveram o currículo antigo a fim de garantir a validação dos diplomas. Solicitou que a Pró-Reitoria tenha cuidado tanto com os registros acadêmicos como com os processos regulatórios. No quadro 26, também constatou discrepâncias. No quadro das pesquisas estão listados os grupos atendidos por editais sem incluir o número de bolsas de cada grupo. No quadro 52 constatou falta de informações. Na página 106, sobre governança, gestão de riscos e controles internos, consta que a AUDIN tem uma abordagem sistemática para melhorias e avaliações, porém não sabe o quão sistemática é essa abordagem quando recebem um relatório de auditoria com 150 páginas sobre um relatório de gestão. Então, considera que talvez esse processo seja mais pontual que sistêmico. Na gestão de riscos e controles consta que a UNIPAMPA tem um código formalizado de ética e conduta, porém o que existe é o Código de Ética do Servidor, e solicitou que indiquem onde encontrar essa formalização. Na sequência, comentou sobre o ambiente de controle, que é a percepção dos gestores sobre a Instituição, disse que alguns quadros são preenchidos inteiramente com o peso 2, e outros, com peso 4, e que no ambiente de controle a média é 4; também disse que, na percepção dos gestores, existem muitos ambientes de controle, porém não há regimento específico dos *campi*, da Reitoria, das Pró-Reitorias, nem de qualquer outra estrutura que não seja o Conselho Universitário ou outros conselhos. Na página 36, fez apontamentos em relação aos estágios, uma vez que não constam quais contam com bolsa e quais não. Salientou que as informações não conferem, pois os estágios na DTIC não são atividade-fim. Comentou também a incompletude do quadro 78 “conservação de imóveis”. Entre outros apontamentos, a conselheira questionou as compras de cursos de capacitação e formação de servidores, pois também não há a informação da quantidade, dos custos, de quantos servidores foram beneficiados e de como esses cursos aconteceram. Com relação aos relatórios de acessibilidade, disse somente ter localizado o de 2012, que é da gestão anterior. Sobre a captação de recursos e agências de fomento, relatou que os dados não especificam se são financeiros ou orçamentários. Salientou a discrepância entre o Portal da Transparência, dos

dados da CAPES e os dados fornecidos pela UNIPAMPA, a qual informou que o número de bolsas disponibilizadas não foi o número de bolsas implementadas; a diferença, segundo a conselheira, é bem grande, especialmente nos projetos do PIBID. Sobre o dimensionamento de pessoal comentado na página 89, a conselheira disse que esse estudo foi prometido desde 2010 por todos os gestores que passaram pela Pró-Reitoria correspondente. Saliou a gravidade do assunto, uma vez que 75% do orçamento da Universidade estão comprometidos com o orçamento de pessoal, e que, ainda assim, fala-se em abertura de concurso, e que muita gente ainda está pleiteando a contratação de mais TAEs. Saliou que hoje há mais técnicos do que docentes, e que o chamamento de pessoas continua sendo realizado sem um planejamento de onde essas pessoas precisam estar e o que precisam atender. Solicitou que uma ação efetiva seja realizada no próximo ano em relação a esse assunto. Com relação ao Relatório da AUDIN, a conselheira considerou que algumas questões seriam menos graves se não fossem recorrentes, por exemplo, a questão de diárias e passagens. Disse que não há justificativa para essas pendências e, que as observações 2 e 3 do Relatório da AUDIN caracterizam exatamente o mesmo problema ocorrido no ano passado: inscrição em restos a pagar não processados de empenhos em nome da Universidade, o que é vetado por lei. Disse que isso ocorreu justamente com as bolsas dos programas de permanência. Também sobre a análise da gestão de recursos orçamentários no encerramento do exercício, disse que houve a perda de quase quinhentos mil reais, que não são recuperáveis, e questionou o que poderia ter sido feito com esse valor. A conselheira levantou vários questionamentos, como a segregação de funções e o uso de recurso de capacitação para outros fins. Saliou que a justificativa de que o NUDEPE aprova um planejamento no CONSUNI não se sustenta, pois aprovar um planejamento não significa que, se sobrar dinheiro, ele não possa ser usado em ações de capacitação. Disse que isso representa que, ou as pessoas que estão fazendo o trabalho não sabem como fazê-lo, e, por isso, todos esses problemas de perda de recursos, ou então, as pessoas estão fazendo isso de propósito. Nesse caso, a atitude precisa ser igualmente enfática, com a instauração de processos administrativos para apuração de responsabilidades. Sobre os docentes, disse que sempre precisam de mais formação, e que só são lembrados quando os problemas aparecem, chamando a atenção para o valor gravado de capacitação que foi utilizado para outra coisa. Disse que há desperdício de dinheiro. Lembrou que o fato de a AUDIN ter enviado as tabelas corretas é grave, pois isso comprova a falta de capacitação dos servidores que não conseguem nem mesmo informar os dados sobre o seu próprio trabalho. Enfatizou que esta não é uma obrigação da Auditoria, mas dos servidores envolvidos. Na constatação 10, que apontou a prorrogação de contratos além de 60 meses, disse que o plano de ação proposto pela Pró-Reitoria é ineficaz, pois 60 dias são insuficientes para um processo licitatório. Na constatação 12, disse que a informação poderia ser complementada com os apontamentos da AUDIN, já que todo ano as orientações do TCU são diferentes do ano anterior, e, se essas não forem levadas em consideração, o Relatório será encaminhado com erros novamente. Algumas questões sobre metas de alunos também não foram atingidas, e as causas informadas são evasão e retenção. A conselheira considera inadequado um texto assim em um Relatório de Gestão de uma Universidade, já que a retenção aumenta a quantidade de alunos. Dessa forma, temos mais alunos do que deveríamos ter. Saliou que o texto mostra que o combate à evasão foi interrompido por reformulação de estratégia da Gestão e disse não entender a relação entre as duas coisas. Sobre a necessidade urgente de capacitação, novamente comentou que o dinheiro está sendo utilizado para outros fins. Disse que é importante um novo olhar para o processo seletivo, considerando que nessa pauta será votado o ingresso de alunos após o início das aulas, com a justificativa de haver 400 vagas em aberto. Lembrou que no dia 30 de janeiro, quando da capacitação dos novos gestores, mencionou-se que não haveria mais as chamadas intermediárias da lista de espera do SiSU, somente a chamada oral. Saliou a afirmação dos coordenadores de que haveria duas consequências: nem todas as vagas seriam preenchidas, e a média das notas dos ingressantes cairia barbaramente. Acrescentou que as chamadas intermediárias somente preenchem de 20 a 25% das vagas dos cursos, e os melhores colocados entram pela

chamada oral. Disse que será necessário analisar o impacto dessa decisão no ingresso dos alunos em razão dessas decisões do SiSU. Continuando, a conselheira disse que a evasão é um grande problema, mas que os processos de ingresso também precisam de uma análise apurada, considerando que esses alunos já entram com 15% de faltas. A conselheira desculpou-se pelo tempo usado, mas se justificou, afirmando que o Relatório de Gestão é o espelho da Instituição, não só para os órgãos de controle, mas para toda a sociedade, e, por isso é necessário compromisso na análise. Na sequência, a conselheira Daiana de Ávila também questionou a ausência do Professor Hansen e se disse muito preocupada com as discrepâncias do Relatório de Gestão apontadas pela AUDIN. Aproveitou a oportunidade para cumprimentar toda a equipe da Auditoria Interna pelo trabalho realizado. O conselheiro Franck Peçanha disse nunca ter participado de um processo como este e, considerando os Relatórios da AUDIN e do CONCUR, questionou quais serão as consequências e implicações da aprovação ou não aprovação do Relatório de Gestão. Também questionou a alteração da data da Reunião. O Professor Maurício Vieira disse que o Conselho é suficientemente maduro para entender esta situação e explicou que a alteração da data se deu em razão dos processos de melhoria do Relatório de Gestão e para que houvesse tempo hábil para os ajustes e as recomendações da AUDIN e do CONCUR. Salientou que a apresentação do Relatório aos conselheiros ocorreu com base no plano de ação para cada item. A respeito das bolsas e do tempo ultrapassado do contrato, explicou que foi uma decisão da Gestão amparada pela Procuradoria Federal, que considerou esse fato como um caso de excepcionalidade. Disse que os itens estão sendo legalmente retificados e ajustados e que tudo estará pronto no dia seguinte, 31 de março, que é o prazo de envio do Relatório. Esclareceu também que o Professor Hansen está em férias, apresentando um trabalho no exterior, cuja data estava agendada em consonância com a primeira data marcada para a apresentação do Relatório de Gestão neste Conselho, e que, pelas razões já expostas, foi necessária a alteração para o dia de hoje. O Pró-Reitor de Administração, Evelton Machado, disse que o Relatório é enviado primeiramente à AUDIN, que faz uma análise profunda, e que, quando ocorre a devolução do documento, inicia-se um trabalho de melhoria, assim como a elaboração dos planos de ação que serão acompanhados durante o exercício de 2017 para correção das distorções. Sobre a verba do PNAES, explicou que foi isso que tentaram realizar, uma vez que não pode ser incluído no custeio ou em capital. A respeito do contrato que ultrapassou 60 meses, disse que era preciso atender às necessidades das Unidades com o valor máximo disponível no orçamento à época, e não era possível continuar com o mesmo número de postos de serviços terceirizados. Por isso foi aberto um processo e encaminhado à Procuradoria Federal para manifestação sobre essa excepcionalidade. Assim, a preferência foi optar pela manutenção dos serviços. Na sequência, o Pró-Reitor de Graduação, Professor Ricardo Carpes, agradeceu pelas considerações à PROGRAD e disse que tudo foi anotado para que os ajustes necessários sejam providenciados. Ressaltou que a equipe da Pró-Reitoria é muito atenta e que buscará usar termos mais apropriados. Destacou o trabalho da Divisão de Avaliação e da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento que cuida dos processos político-pedagógicos dos cursos, e explicou que a questão das vagas foi alertada pelo Vice-Reitor, Professor Maurício Vieira, cuja explicação consta no Relatório. O Vice-Presidente no exercício da Presidência explicou que optaram por colocar este assunto como primeiro ponto da Reunião para que, após as sugestões dos conselheiros, houvesse tempo para os ajustes finos. Por fim, propôs a aprovação do Relatório de Gestão. Com a palavra, o Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura, Luís Hamilton Tarragô, agradeceu por todas as manifestações realizadas com o intuito de melhorar o documento. Sobre o PNAES, acrescentou que não houve perda de recurso, mas o descumprimento de uma norma para garantir o recurso, que podem ter usado o recurso do ano anterior, mas que houve a garantia da manutenção dos auxílios aos alunos. Sobre a ação 4572, explicou que deverá ser desenvolvida e melhorada, inclusive a pasta que é gerenciada pelo NUDEPE. Disse concordar que é preciso ser mais planejada para que não aconteça de a Divisão de Orçamento, chegando à data limite, quando o MEC impõe o sequestro dos recursos que não foram utilizados até essa data limite, usar esses recursos para outras ações justamente para

não perder esses valores cada vez mais escassos. Disse também que a UNIPAMPA teve problemas em duas prestações de contas de 2015, que isso ocasionou problemas para a execução de novas descentralizações de recursos em 2016 e que conseguiram regularizar agora. Salientou que essa foi uma das causas, e a outra foi o parcelamento orçamentário feito pelo MPOG. Enfatizou que, dessa forma, fica praticamente inviável a execução de um planejamento, o que prejudicou sobremaneira a pasta que gerencia esse recurso. O conselheiro falou também sobre o contingenciamento para o Poder Executivo, algo em torno de 20 bilhões de reais. Com relação às obras, o conselheiro comentou sobre o investimento em sustentabilidade dos prédios e salientou que alguns itens não são perceptíveis na concepção do projeto, mas que os nossos engenheiros estão trabalhando eficientemente para que tudo tenha um viés mais sustentável. Sobre acessibilidade, informou da entrega de dois prédios em 2016. Em relação aos indicadores do PDI, explicou que as informações são enviadas pelas áreas responsáveis, portanto, retratou as informações recebidas, e que, se houver inconsistências, deverão ser revistas pelos responsáveis. Salientou que o PDI é 2014/2018 e que somente em agosto do ano passado iniciaram o monitoramento, sendo este um processo evolutivo para os gestores entenderem o que fazer e como fazer. O conselheiro também agradeceu à AUDIN pelo trabalho desenvolvido. A conselheira Ana Paula falou da relevância da pergunta do conselheiro Franck, que não foi respondida de maneira completa, sobre as implicações da aprovação ou não aprovação do Relatório e sobre qual é o fluxo. Falou da sua experiência no CONSUNI e disse que, no ano passado, o Relatório também chegou à véspera do prazo limite para envio aos órgãos de controle. Na época, foram levantadas diversas questões sobre erros de dados e que não foram resolvidos na versão final encaminhada ao TCU, especificamente a questão da EaD que continua igual, excedendo os 20% legais que se tem direito. Enfatizou que, dessa forma, estão declarando que infringem a lei, quando na verdade não se chega nem perto dessa quantidade de componentes curriculares. Outra questão levantada pela conselheira é o pedido de que a votação fosse feita nos termos: “*aprovação mediante alteração dos dados que estivessem errados e abertura de sindicância para investigação de responsabilidades*”, justamente sobre os pontos que aparecem novamente neste Relatório de Gestão, como o lançamento de pagamentos futuros para o próximo exercício quando a Instituição era a beneficiária, sobre a perda de recursos do final do exercício. Disse ter buscado na Ata que aprovou o Relatório 2015 e não encontrou nenhuma informação, nem mesmo sobre abertura de sindicância. Disse que nos planos de ação apresentados pelas Pró-Reitorias, apesar das recomendações da AUDIN, também não estão previstas sindicâncias para apuração de responsabilidade, e questionou sobre o quanto essas ações serão efetivas, uma vez que a própria Gestão não está se comprometendo e reincide nos mesmos problemas. Salientou que um dia para as correções é muito pouco tempo, os dados foram revistos, mas não foram novamente revisados pela AUDIN. Disse que aprovar o Relatório é dar uma carta branca, o que já foi feito no ano passado, salientando que gostaria de ver o Relatório com os dados corretos e com planos de ação que efetivamente levassem à solução de todas essas questões para que os mesmos erros não se repitam no próximo ano, porque daqui a pouco a Instituição pagará multa ao TCU por sistematicamente infringir a lei. Quanto à resposta ao conselheiro Franck, solicitou manifestação da Mesa. O Presidente da Mesa disse que a conselheira tem razão, que há pontos recorrentes todos os anos e que os prazos são exíguos. Explicou que durante o ano foram coletadas informações, buscando sempre sanar as fragilidades do Relatório e que não estão propondo nada diferente de anos anteriores. Sobre a Ata mencionada pela conselheira, o Presidente da Mesa disse já ter solicitado à Secretaria do CONSUNI que faça a verificação, pois a gravação fica sob a guarda da Secretaria. Disse que é interesse da Gestão apurar os fatos e, como dito anteriormente, este é o primeiro Relatório desta Gestão, razão pela qual foi solicitada uma avaliação com cautela. O detalhamento deve vir à tona para que se corrijam os itens necessários e, com isso, trazer total transparência a todos neste contexto. Explicou aos novos conselheiros que todas as universidades têm o mesmo período para analisar e que a UNIPAMPA possui uma dificuldade de coletar e compilar os dados em razão do desafio da *multicampia*, algumas universidades talvez tenham mais facilidade por serem

mais concentradas ou por terem uma estrutura organizacional em forma de departamentos. Saliu que a Gestão melhorou significativamente o Relatório do ano anterior, com inclusão de vários itens, várias sugestões das Pró-Reitorias, dos órgãos complementares e suplementares. Disse que ampliaram as análises críticas e que, se os conselheiros compararem este com os Relatórios de anos anteriores poderão comprovar todas as possibilidades do processo de melhoria. Frisou que este documento está ampliado no sentido de clarificar os itens que necessitam ser melhorados e que o prazo para envio aos órgãos de controle é o dia 31 de março, ou seja, ainda é preciso fazer o ajuste fino, cujas ações de melhorias são monitoradas pela AUDIN em parceria com a PROPLAN. Saliu que foi a pedido do Reitor que a Auditoria Interna procedesse a esse acompanhamento. Continuando, o Presidente da Mesa esclareceu que o Professor Jeferson foi convidado para dar esclarecimentos e tranquilizar os conselheiros. Saliu que não farão nada diferente do que foi apresentado neste Pleno e que tudo foi trabalhado para que se tenha a convicção de que cada item apontado tem um plano de ação correspondente, com justificativa ou resposta e que não estão incorrendo em qualquer ilegalidade, mas atendendo aos itens para que o Relatório possa ser entregue no regime da integralidade, que foi colocado tanto pela AUDIN como pelo CONCUR. Enfatizou que esse acompanhamento é realizado intensamente pela Auditoria e pela PROPLAN. Sugeriu a aprovação do Relatório, considerando a proposta da conselheira Ana Paula para a apuração de responsabilidades. Saliu que não é uma carta em branco, mas um relatório detalhado, e que, por isso, talvez surjam pontos que precisem de melhorias. Todos os itens possuem um plano de ação, todos possuem uma justificativa. Disse que não correm o risco de não terem a defesa ou a falta de fazer o contraponto e que tomaram a melhor decisão a critério da Gestão ou amparados pelo órgão de controle, principalmente pela AUDIN. Em esclarecimento à conselheira Ana Paula, o Presidente informou que a Secretaria do CONSUNI localizou a ata da 17ª Reunião Extraordinária, quando aprovaram o Relatório de 2015 e fez a leitura do pronunciamento da conselheira. Disse o Presidente que é de praxe que esses ajustes e correções ocorram, principalmente pela estrutura de *multicampia*, e mesmo que as informações tenham sido bem coletadas. Assim sendo, a proposta da Mesa é de aprovação do Relatório, já respondendo ao questionamento do conselheiro Franck, tendo em vista que foram elaborados todos os planos de ações correspondentes, recomendados pela AUDIN e pelo CONCUR. Lembrou, também, que pelo princípio da publicidade, o Relatório será disponibilizado e que todos terão acesso ao documento que estão aprovando. A Mesa acatou a sugestão da conselheira Ana Paula de encaminhamento ao Reitor para análise de abertura de processo investigativo ou sindicância no sentido de responsabilização dos itens que o Reitor entender adequados. Neste momento foi empossado membro desse Conselho, o representante docente: Júlio Cesar Mendes Soares.

**Resultado:** Aprovado o Relatório de Gestão 2016. Abstiveram-se os conselheiros: Thiago Antônio Beuron, Ronaldo Bernardino Colvero, Edson Romário Paniágua, Lúcia Irala Leitão e Milena Skolaude Carvalho. Votaram contrários os conselheiros: Ana Paula Lüdtke Ferreira, Daiana Silva de Ávila, Débora Nayar Hoff, Franck Maciel Peçanha, João Antônio Gomes Pereira, Jonatan Jean Silveira da Silva, Fábio Mendes Rodrigues e Diego de Matos Noronha.

A Reunião foi suspensa às 11 horas e 35 minutos e reiniciada às 11 horas e 55 minutos.

### **3. Reestruturação de Comissões:**

O Presidente comunicou o pedido de desligamento da CRN enviado pela conselheira Ana Cristina da Silva Rodrigues, e que foi acatado pelo Reitor.

**3.1** CEG (2 membros suplentes): Claudio Albano, Victor Pires

**3.2** CRN (1 docente titular): Roberlaine Ribeiro Jorge

**3.3** Comissão de Programas Estudantis (1 titular discente): Fábio Mendes Rodrigues

**3.4** Comissão das Novas Normas Eleitorais (1 titular discente): Fábio Mendes Rodrigues

**Resultado:** Aprovados os nomes indicados. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Hélio Rech e Sérgio Ivan dos Santos.



#### **4. Informes da Reitoria:**

**4.1** O Presidente da Mesa lembrou que a justificativa da ausência do Reitor já foi feita no item 2.1 desta Reunião.

**4.2** O Presidente fez um breve relato sobre os eventos dos quais o Reitor participou no 1º trimestre deste ano.

**4.2.1** Em fevereiro, dias 20 e 21, a ANDIFES reuniu-se na cidade do Rio de Janeiro, quando trataram pontos como: prerrogativas da autonomia universitária, conjuntura e perspectiva do País, financiamento público da universidade pública.

**4.2.2** Também participou do seminário “Brasil, conjuntura e perspectivas”, promovido pela ANDIFES. Esse evento contou com mesa de debates e opiniões com a presença do ex-ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o ex-presidente do BNDES e vários economistas.

**4.2.3** Participou de debate sobre aprimoramento do processo de seleção do ENEM.

**4.2.4** Entregou ao Presidente da Petrobras um projeto de “Eficiência Energética e Minigeração nos *campi* da UNIPAMPA” com a intenção do apoio financeiro da Empresa.

**4.2.5** Na Casa da Moeda, assinou novo contrato para a prestação de serviços para a confecção dos diplomas.

**4.2.6** Em janeiro, participou de reunião na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo na ANDIFES, quando trabalharam as alterações do Marco Regulatório da Ciência, Tecnologia e Inovação. Solicitaram mais verbas junto à CAPES para os Programas de Pós-graduação e debateram sobre a internacionalização dos PPGs e as ações institucionais. Disse que, nesse evento, a ANDIFES comprometeu-se em solicitar audiência com o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que terá como pauta a recuperação de emenda da ANDIFES, principalmente do recurso do pagamento total da chamada 2 de 2014 do Proinfra/FINEP.

**4.2.7** Ainda nessa reunião, com a participação do Secretário da Educação Superior, mesmo com a demonstração do cenário do País, eles almejam indicar que as despesas discricionárias do MEC são 50% do Planalto. Na ocasião, foi cobrado do Secretário a pactuação de TAes e docentes para as universidades, quando ouviram que não há previsão de vagas para técnicos nem mesmo para o próximo ano, mas que tentam junto ao MPOG a liberação de vagas docentes pactuadas e, no caso específico da UNIPAMPA, para os cursos de Direito e Medicina. O Secretário prontificou-se a encaminhar ao Ministro da Educação, em curto prazo, a solicitação de ampliação do corpo docente das novas universidades.

**4.2.8** Também foi tratado o prazo para a implementação das 400 horas das licenciaturas.

**4.2.9** Trataram da Portaria 28, referente ao limite de gastos, quando o Secretário foi muito claro sobre a impossibilidade de uso de qualquer recurso além do que está na LOA.

**4.2.10** Segundo o Secretário, o Programa PET, apesar da transversalidade, precisa ter seus rumos redimensionados, e comentou sobre um realinhamento do Programa, da permanência dos tutores ou de uma alternância conforme a Portaria, que está em análise no MEC.

**4.2.11** Sobre o sistema UAB, disse que é um dos 10 projetos que o Ministério tem como meta apoiar para os próximos anos, com fonte de recurso.

**4.2.12** Ainda nessa reunião com o Secretário, que contou com a presença da Presidente do COGRAD, foi solicitado que as escolas, as instituições e os coordenadores do PIBID observassem mais as lacunas e as fragilidades nas atividades desenvolvidas nas escolas.

**4.2.13** Disse ainda que o Secretário fez o registro de que a SESu não é mantenedora, mas articuladora das ações.

**4.2.14** Comentou sobre a participação do Reitor nas reuniões do PROCAMPO e PROLIND, informando que o debate foi bastante forte e que possivelmente o PROLIND não tenha recursos para o próximo ano.

**4.2.15** A ANDIFES prontificou-se a dar continuidade à interlocução junto ao MEC sobre o orçamento 2017, uma vez que as instituições não têm a possibilidade de aumentá-lo, mesmo com um pequeno crescimento da economia. Segundo informações do Reitor, foi

pedido que as universidades se adequassem ao orçamento a fim de os repasses financeiros se tornarem regulares.

**4.2.16** Participou de reunião com a Presidente do INEP, na qual trataram sobre o processo do ENEM, da reestruturação das licenciaturas, do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) que terá um novo modelo para certificar o aluno.

**4.3** Relato das reuniões do Vice-Reitor:

**4.3.1** Informou sobre a reunião com o Secretário da SESu, quando trataram da Educação do Campo, da alocação de recursos dentro da matriz da Instituição, de que a Gestão deve ter o acompanhamento do tempo da comunidade e da Universidade. Na ocasião, o Secretário disse que vagas pactuadas não são vagas disponibilizadas hoje pelo MEC e fez o registro: “não temos expectativa de fatura e não tivemos a oportunidade de refletir sobre a expansão da universitária, é um período de instabilidade no sistema e os números estão variando diariamente, e o MEC está atento”. Em outro momento, o Secretário informou que o modelo estrutural é outro, e nós, enquanto universidade temos certa forma de pensar, na diferença da natureza de rotina e da natureza estratégica.

**4.3.2** A respeito do SiSU, disse que falaram muito sobre a base de dados e das notas, das informações dos 8 milhões e meio de registros e que esse conjunto não havia sido transposto na linearidade necessária, assim o MP ponderou alongar os prazos em razão da quantidade de ações judiciais.

**4.3.3** Ainda em fevereiro, na ANDIFES, a Presidente do INEP relatou que o PET será reavaliado, comentou sobre o PROEXT, sobre a EaD da Unired e da UAB. Foi dito na ocasião que a EaD e o Sistema UAB são agendas institucionais do MEC e que estão propondo a permanência do recurso no sistema UAB.

**4.3.4** Sobre o PIBID, trouxe a informação de que o Programa será reorganizado.

**4.3.5** Disse que aconteceram debates sobre a Educação no Campo e Educação Indígena, que esses assuntos foram levados ao COGRAD para uma análise de quais regiões do País necessitam da formação de professores do campo e de indígenas.

**4.3.6** Também aconteceu reunião com o Presidente da FINEP, que relatou a impossibilidade de iniciar novas ações e programas em razão de o orçamento ser de apenas R\$ 1.300.000,00. Disse que a Financiadora também enfrenta dificuldades para atender as demandas.

**4.3.7** Relatou que no Pleno da ANDIFES muitos reitores solicitaram a antecipação do ENEM, para que as universidades possam fazer o SiSU mais cedo a fim de se prepararem melhor, e, segundo a Presidente do INEP, não há como antecipar essas datas, entretanto, as universidades podem postergar o início das aulas.

**4.3.8** Também trataram com veemência dos processos de *hackeamento* e de ações liminares. Sobre as liminares, o Presidente da Mesa sugeriu que a Comissão Superior de Ensino trabalhe o calendário 2018 com a PROGRAD.

**4.3.9** A Presidente do INEP falou ainda sobre o sistema classificatório, que pretendem integrar o ano e a prova Brasil, falou de reverem os períodos e os anos de aplicação. A Presidente considera que são muitas avaliações na Educação Básica e disse que novas situações serão propostas.

**4.3.10** O Presidente comunicou, atendendo ao pedido do Professor Hansen, que também esteve reunido com a Procuradoria Federal do Brasil e AGU, quando explicou que a UNIPAMPA é uma *multicampia* e que, por isso, necessita de dois ou três procuradores. Informou que o assunto está sendo bem conduzido.

**4.3.11** O Presidente comunicou que acompanhou o coordenador e articulador do sistema UAB, DEaD/CAPES, em Brasília. Também reiterou o pedido das vagas docentes para os Cursos de Medicina, Direito e da EaD. Disse que há universidades com vagas carimbadas. Participou de outra reunião para tratar de recursos do PNAES. Naquela mesma semana teria havido a informação da perda de recurso, mas o que realmente ocorreu foi o bloqueio temporário, pois algumas universidades ainda não haviam enviado os relatórios e as informações necessárias.

**4.3.12** Novamente sobre o sistema UAB, informou a participação em reunião, quando definiram uma possível publicação de novo edital para outubro, no qual, a Instituição poderá concorrer com novas vagas. Nessa reunião, também foi definido que será feito um estudo de demandas por região e por estado, um mapeamento para que se possa trabalhar em conjunto com a CAPES e com o sistema UAB. Informou ainda que foi aventada a possibilidade de mestrado, via sistema UAB. Disse ainda o Presidente que foi informado na reunião que um decreto ou uma portaria do próximo semestre permitirá que, enquanto Instituição, possamos associar ou colocar os polos das nossas Unidades como polo associado do sistema UAB, mesmo que os municípios não o tenham, até que possamos solicitar o credenciamento deste. Dessa forma, também terão o acompanhamento da CAPES.

**4.3.13** O Presidente informou também que, atendendo ao pedido do Reitor, Professor Marco Hansen, participou de reunião no Ministério da Agricultura, uma vez que pelo consórcio dos 15 municípios participantes, 9 deles contam com Unidade da UNIPAMPA. Nessa reunião foram elencadas questões da orizicultura, da vitivinicultura, das estradas de acessos de todas essas regiões. Na ocasião, o consórcio fez a solicitação de equipamento e patrulhas mecanizadas para o acesso. O Ministro disse não ter o recurso necessário para atendimento das solicitações, mas que estudaria uma forma de ajudar os municípios ao menos com um quantitativo de maquinário, mesmo que menor do que o solicitado, sugerindo aos presentes que usassem os moldes de outra região do País, que possui um consórcio semelhante e utiliza as máquinas para as regiões necessitadas, e não que se divida o equipamento para os municípios.

**4.3.14** O Presidente comunicou aos conselheiros, a pedido da Secretaria do CONSUNI, que a contagem correta da votação do Relatório de Gestão foi: 8 votos contrários, 5 abstenções e 30 votos favoráveis.

**4.3.15** Na sequência, o Presidente fez um relato sobre a EaD, falando da satisfação de terem iniciado neste semestre o Curso de Letras Institucional proposto pelo Campus Jaguarão, com os polos de Alegrete e Santana do Livramento. Disse que houve uma expressiva procura e aproveitou para agradecer a todos que ajudaram a concretizar essa ação: as professoras Maria do Socorro e Camila. Relembrou que na primeira gestão desta Universidade, em 2010/2011, quando se iniciou também a construção dessa proposição com o apoio do Vice-Reitor, Professor Norberto Hoppen. O Presidente fez o resgate de uma ata de 14 de outubro de 2011, ao final da Gestão *pro tempore*, com o planejamento, a organização e a composição curricular. Agradeceu mais uma vez a todos os envolvidos, às direções dos *campi* Alegrete, Santana do Livramento, Bagé e, em especial, ao Campus Jaguarão pela proposição e pela continuidade do projeto. A conselheira Camila do Canto disse que era um prazer estar na condição de coordenadora do primeiro curso a distância da Instituição. Disse que entrou para a UNIPAMPA em 2014 e que foi a primeira docente vinda especialmente para o Curso de Letras EaD. Agradeceu novamente a todos que se envolveram nesse projeto e pela acolhida que tiveram. Salientou que hoje a EaD conta com 137 alunos além das vagas da UAB, considerando que este é um curso institucional. Falou também sobre o processo de construção material e se colocou, bem como a toda equipe, à disposição dos professores que queiram elaborar cursos e material didático na modalidade à distância, e disse que é um processo com muitos desafios, mas que o mais importante já foi feito: o curso já começou. Na sequência, foi apresentado um vídeo enviado pela Diretora da DEaD.

**4.4** Relato sobre o SiSU: o Pró-Reitor de Graduação, o conselheiro Ricardo Carpes, iniciou agradecendo à equipe da PROGRAD e das Secretarias Acadêmicas das Unidades. A seguir, apresentou os dados do processo seletivo na UNIPAMPA que passam a integrar esta Ata. Ao final da apresentação, o conselheiro cumprimentou as equipes diretas dos *campi* Santana do Livramento e São Borja pelas avaliações nos Cursos de Ciências Econômicas, Administração, Relações Internacionais, Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Agradeceu também aos docentes, TAEs e discentes dessas Unidades e comprometeu-se em enviar o material por *e-mail* aos conselheiros. Na sequência, o

conselheiro Franck Peçanha solicitou que incluam o número de ingressantes com deficiência a fim de que possam ver o quanto a Instituição é includente. O conselheiro Cristiano Jesse disse que fez algumas críticas em relação ao calendário, que considerou bem confuso e aproveitou para solicitar à PROGRAD que no próximo mês esses dados fossem debatidos junto ao Campus Itaquí como forma de não se perderem essas ideias e para que outras medidas possam ser tomadas. A conselheira Ana Paula solicitou esclarecimentos sobre a orientação passada por telefone ao coordenador Acadêmico do Campus Bagé de que os alunos ingressantes por esta última chamada do processo tenham suas faltas abonadas no final do semestre. Em resposta aos questionamentos, o Pró-Reitor de Graduação disse já ter conversado com o conselheiro Cristiano e que a Pró-Reitoria faz questão de ir a todas as Unidades para os devidos esclarecimentos. Salientou que todos os processos são abertos em consonância com as Direções, inclusive esse foi um pedido de alguns diretores para que houvesse o preenchimento das vagas ociosas. Salientou ainda que essa orientação da PROGRAD ocorrerá por meio de memorando, já que até o momento não houve qualquer orientação oficial.

Novamente a Sessão foi suspensa às 13 horas e 10 minutos e reiniciada às 14 horas e 25 minutos.

**4.5** Pela PRAEC, o conselheiro Marcello Ferreira, Pró-Reitor Adjunto, deu as boas vindas ao discente Fábio Mendes, que tomou posse nesta Reunião e informou sobre a realização do EDIUNE, previsto para o final de abril, que terá o apoio da Pró-Reitoria no que tange ao transporte dos alunos. Com relação aos auxílios, informou que todos foram mantidos nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, apesar das contenções e cortes, numa média de 1.100 auxílios mensais. Disse que em torno de R\$ 1.280.000,00 foram investidos em auxílio permanência. Sobre a situação dos RUs, comunicou a inauguração nos *campi* Itaquí e Caçapava do Sul e a reinauguração do Campus Dom Pedrito. Salientou que alguns acertos estão sendo realizados diretamente com as direções dos *campi*, e a complementação dos valores será feita até a abertura dos locais. Comunicou, também, que está em curso o processo de revisão da Resolução 84, que trata da Assistência Estudantil e que conta com a participação de toda a comunidade acadêmica. Solicitou que todos os *campi* realizem os debates, conforme solicitado no Memorando Circular nº 12, encaminhado a todas as Unidades, incluindo tudo o que foi apontado pelos órgãos de controle e o que a Universidade espera de melhorias. Disse que 25 de abril é o prazo para que as subcomissões concluam o trabalho. Informou que em breve deverá sair uma publicação do Edital PAPPI, programa de apoio a eventos para estudantes, este ano com uma previsão orçamentária de R\$ 150.000,00 em três etapas que dependem, obviamente, dos contingenciamentos que a Universidade poderá sofrer. Anunciou a tramitação e aprovação de um auxílio emergencial para os indígenas que ingressaram na UNIPAMPA. Como último informe da PRAEC, comunicou que foi aprovado pela Procuradoria Federal um auxílio emergencial a todos os estudantes que ingressam na Universidade. Para isso, deverão aguardar o trâmite do Edital PP, que é lançado no início do ano, finalizado normalmente em junho e implementado em agosto. Esse auxílio é para atender aos alunos de alta vulnerabilidade.

**4.6** O Professor Maurício Vieira solicitou que as inclusões sejam encaminhadas à Secretaria do CONSUNI até 10 dias antes da reunião, para que os setores competentes possam trazer os esclarecimentos na reunião.

**4.7** Também informou que a Mesa fará o pedido de exclusão de pauta do item 10.5 e fez a leitura do correio eletrônico encaminhado à Secretaria pela Procuradora Federal no dia 29, cujo documento justifica a solicitação de retirada de pauta, já que a Universidade se encontra em cumprimento de uma decisão judicial, ou seja, que o Tribunal Regional da 4ª Região determinou cautelarmente a suspensão total desse Instrumento e, considerando que uma sentença tem força executória por força de lei, não há a mínima possibilidade de esse assunto ser colocado em votação pela absoluta ausência da discricionariedade

administrativa enquanto Conselho Superior ou desta Administração para não cumprir a decisão, sob pena da responsabilidade penal.

## **5. Informações dos Conselheiros:**

**5.1** A conselheira Ana Paula Ferreira informou que a Universidade renovou o convênio Inglês sem Fronteiras com o Ministério da Educação para oferta de cursos e outras atividades relativas a esse programa do MEC. Disse que esse programa abrange cursos gratuitos de idiomas, tanto para discentes regularmente matriculados em IES como para servidores, com vários cursos *online*. Comunicou que a UNIPAMPA está se cadastrando para oferta presencial de curso de inglês, espanhol e português para estrangeiros, sendo que este último é muito interessante para quando a Universidade recebe estudantes nos programas de pós-graduação ou mesmo na graduação, através dos convênios que a UNIPAMPA possui. Informou que também acontecerão aulas presenciais nos *campi* Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana. Além dos cursos também estão disponíveis os serviços de monitoria e teste de proficiência.

## **6. Inclusões e Exclusões de Pauta:**

**6.1** A Mesa solicitou a exclusão do item 10.5 da pauta, conforme orientação da Procuradoria Federal da UNIPAMPA.

**6.2** O conselheiro Marcus Querol solicitou a inclusão de três itens:

**6.2.1** Informações sobre as condições do RU do Campus Uruguaiana e sobre a premência do fechamento pela Vigilância Sanitária;

**6.2.2** Sobre as péssimas condições do ginásio de esportes do mesmo Campus, que comprometem as condições mínimas necessárias à qualidade do Curso de Educação Física;

**6.2.3** Sobre a necessidade de implantação de uma Fundação, haja vista a necessidade de maior captação de recursos.

**6.3** O conselheiro Franck Maciel Peçanha também solicitou três inclusões:

**6.3.1** Sobre a agenda de reuniões do CONSUNI;

**6.3.2** Sugeriu a avaliação de acadêmicos com deficiência;

**6.3.3** Questionou sobre um posicionamento Institucional ou do CONSUNI em relação às reformas previdenciárias e trabalhistas.

**6.4** O conselheiro Diego Noronha solicitou as seguintes inclusões:

**6.4.1** Agenda do Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), de 14 a 17 de junho;

**6.4.2** Sobre a questão dos indígenas;

**6.4.3** Debate sobre os fatos relacionados à Resolução da Inclusão Regional, não sobre a votação se haverá ou não aprovação, mas sobre os fatos, pois essa é uma das funções do CONSUNI, considerando todas as alterações realizadas;

**6.4.4** Ratificando a fala do conselheiro Querol, não só pela questão do ginásio, mas também do Curso de Educação Física.

**6.5** O conselheiro Cláudio Albano solicitou a inclusão de um ponto já manifestado anteriormente que causou preocupação: a pouca eficiência do sistema de seleção visando ao ingresso de novos alunos, porque se nota que nos últimos anos há um histórico grave, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo da forma como a UNIPAMPA seleciona os seus alunos, considerando que ano a ano diminui o número de ingressantes. Sugeriu que a PROGRAD crie um GT para fazer um trabalho aprofundado sobre essa questão.

**6.6** A conselheira Ana Paula Ferreira disse que gostaria de consultar este Conselho sobre a possibilidade de alteração do Regimento do CONSUNI, a fim de conseguirem realizar debates mais qualificados, com mais tempo, tendo como objetivo não receberem um documento com 800 páginas em uma sexta-feira para na próxima quinta estarem com tudo lido, mas sem qualquer tipo de debate prévio sobre o assunto. Disse que se compromete, se o Conselho entender que isso deve ser feito, a reescrever os artigos do Regimento. Caso não seja do interesse de todos, que ela nem inicia o trabalho.

**Resultado:** aprovadas a exclusão e as inclusões de pauta. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Cristiano Ricardo Jesse, Ana Cristina Rodrigues e Camila do Canto.

## **7. Secretaria do CONSUNI:**

**7.1 Objeto:** Apreciação da Ata da 75ª Reunião Ordinária, realizada em Bagé, no dia 19 de dezembro de 2016.

**7.2 Objeto:** Retificação do item 9.1 da Ata da 74ª Reunião Ordinária. Onde se lê “**Processo:** 23100.002658/2015-18” leia-se “**Processo:** 23100.001907/2016-39”.

**Resultado:** aprovadas a Ata da 75ª Reunião Ordinária e a retificação do item 9.1 da Ata 74. Abstiveram-se os conselheiros: Roberleine Ribeiro Jorge, Thiago Antônio Beuron, Rafael Vitória Schmidt, Douglas Mayer Bento, Franck Maciel Peçanha, Hέλvio Rech e Fábio Mendes Rodrigues. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Cristiano Ricardo Jesse, Ana Cristina Rodrigues e Camila do Canto.

## **8. Comissão Superior de Ensino:**

**8.1 Processo:** 23100.000426/2017-97. **Origem:** PROPPI. **Objeto:** Alteração do Regimento do Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica. **Parecer:** Favorável à aprovação. A conselheira Ana Paula Ferreira disse que não ficou claro no processo o que exatamente foi alterado no Regimento, o que está redigido e aprovado na ata não caracteriza o que foi alterado. A conselheira fez algumas considerações, disse que a minuta informa que é permitido o trancamento do curso em casos excepcionais, mas não são listados quais são os casos possíveis, e devido a isso, não se consegue saber o que caracteriza um caso excepcional. Levantou a questão de se na pós-graduação é possível chamar componente curricular de “disciplina” ou se isso só vale para graduação, pois em todo o texto está escrito “disciplina”. Salientou que no Artigo 10 se fala em convalidação, quando na verdade quer se falar em aproveitamento, disse que convalidação e aproveitamento não são a mesma coisa; convalidação implica dar validade para alguma coisa que não tinha validade anteriormente e que, se o aluno está matriculado em um programa de pós-graduação que é reconhecido, ele não convalida nada, ele poderá aproveitar. Ressaltou que convalidação é algo que o MEC acha errado, e que deve ser evitado. Sugeriu trocar todas as convalidações da minuta por aproveitamento. Falou que o Artigo 14, parágrafo 1º diz que o orientador não pode orientar ninguém que tenha grau de parentesco menor do que dois, e pergunta se é “menor” ou “menor ou igual a dois”; se a pessoa pode orientar um neto ou um irmão, ou se é restrita somente a filhos e parentes de primeiro grau. Informou que o parágrafo 7º do Artigo 14 informa que é possível para qualquer orientador abdicar da orientação, mas não estabelece qualquer critério para que o professor possa simplesmente desistir de orientar um aluno. Disse que, segundo o texto, é colocado um novo termo de orientação a cargo do aluno, e que então é de responsabilidade do aluno conseguir outro orientador. A conselheira não considera adequado jogar esse encargo para o aluno, muito menos sem critério de quais são os casos possíveis em que o professor pode simplesmente desistir de orientar. O Pró-Reitor Alessandro Girardi explicou que o Regimento do PPGE foi criado em 2010 e se encontra defasado, pois foi o primeiro curso de mestrado da UNIPAMPA, e, por isso, as alterações estão no Pleno agora. Falou que concorda com a conselheira Ana Paula em relação ao uso da palavra convalidação, que não há problema trocar para aproveitamento. Comentou que, para ele, disciplina e componente curricular são sinônimas e se referem à atividade dentro da sala de aula durante um período e que não haveria problema em se alterar, mas se a expressão for alterada, também será necessário mudá-la em todos os demais programas de pós-graduação, embora seja uma questão de terminologia. Com relação ao orientador não ter parentesco menor que o 2º grau com o orientando, falou que não vê problema, mas esse critério pode ser modificado, ampliando o grau de parentesco, se assim o Conselho decidir. Disse que a abdicação de orientação por parte do orientador é motivada por alguns casos que já aconteceram de conflitos entre orientador e aluno. Disse que hoje, para abdicar da orientação do aluno, basta o orientador dizer que não quer mais, e a comissão de curso

homologa isso ou não, pois essa é a regra. Falou que o Regimento do Programa prevê que, em havendo abdicação, a busca de novo orientador é responsabilidade do aluno. Afirmou que esse assunto foi amplamente debatido no Programa pelo grupo que propôs essa alteração regimental e também na Pró-Reitoria. Salientou que abdicar da orientação ou do orientador deve ser uma opção para qualquer uma das partes, pois deve haver uma relação de confiança para que o trabalho ocorra da maneira mais adequada possível. A conselheira Ana Paula falou que não há problema em manter a palavra disciplina, mas que é uma orientação institucional que se chame de componente curricular e que seria papel da Mesa ou das Pró-Reitorias passarem essa orientação. A conselheira insistiu que é grave a abdicação de orientação por parte do orientador. Falou que se um aluno resolve pedir para não ser mais orientado por alguém, é justo que ele encontre outro orientador, porém se é o docente quem diz que não quer mais orientar um aluno, é então papel da comissão designar outro docente orientador. Sugeriu que se delimite: se o aluno abdicar da orientação, há a quebra do vínculo, e é papel dele conseguir ou pedir outro orientador para a Comissão de curso, pois não pode haver aluno sem orientador. O Professor Maurício Vieira disse que a expressão correta em todas as instâncias é componente curricular, e que já foi solicitado para que as Pró-Reitorias e comissões analisem os documentos, e que as correções sejam feitas. Falou que seu entendimento dos apontamentos da conselheira era a aprovação do Regimento com ressalva em relação à quebra de vínculo. Disse que, se o docente, por qualquer razão, independente de qual for, desistir da orientação, então o programa tem a obrigação de encaminhar o aluno a outro orientador, pois o problema não é dele, que não se pode terceirizar uma tarefa que é do docente e do programa. O conselheiro Sérgio Ivan falou que não haveria problemas em aprovar este Regimento como está, porém pode ser melhorado com a proteção igualitária para docentes e discentes no que diz respeito à quebra de vínculo de orientação. O professor Alessandro Girardi pediu que fosse colocado em tela o artigo 14, parágrafo 8º e defendeu sua manutenção no Regimento, pois serviria para resguardar os orientadores em casos excepcionais, cabendo ao aluno formalizar novo termo de orientação no prazo máximo de 60 dias. A Professora Ana Paula Ferreira falou que não faria uma proposição, que só está alertando o programa que a manutenção desse parágrafo como está vai gerar problemas futuros, pois dará margem a ações judiciais, o que é totalmente desnecessário. Disse que se deve tentar coibir a abdicação de um orientador frente a um orientando e não colocar em um Regimento um artigo que permita isso livremente, pois este parágrafo está dando o direito a qualquer docente abdicar dos seus orientandos, o que é ruim para o programa. O conselheiro César Techemayer disse que deixar tudo na mão do aluno é problemático, pois a coordenação tem corresponsabilidade neste processo devido ao aluno ter sido admitido no programa. Sugeriu que o aluno tenha 60 dias para homologar uma nova orientação, mediado pela coordenação, sendo esta corresponsável neste processo. O Professor Maurício Vieira sugeriu que se retire o parágrafo 8º porque a coordenação do curso existe para resolver as situações que venham a ocorrer no período e que a responsabilidade não pode ser do aluno nesse contexto. Disse que a proposição da Mesa é de que se aprove o Regimento, suprimindo o parágrafo 8º do artigo 14, com a retificação do termo convalidação por aproveitamento. A Professora Ana Cristina Rodrigues disse que a retirada total do parágrafo poderá ser bastante prejudicial, por deixar esta questão em aberto, e que concorda com a proposição do conselheiro César, pois tem de haver uma mediação da Coordenação neste processo. O conselheiro Marcello Ferreira sugeriu que a coordenação faça a designação de um orientador *pro tempore* até a conclusão da formalização desse novo termo de orientação; afirmou que isso já é praticado em muitos programas de pós-graduação e que é uma forma de o aluno não ficar desguarnecido nesse período. O Professor Sérgio Ivan falou que a melhor forma de resolver esse problema seria a criação de uma Resolução com um regramento que valha para todos os programas de pós-graduação da Instituição. O conselheiro César sugeriu a alteração do parágrafo 8º, com a colocação de vírgula após “abdicação de orientação” e após “mediado pela Comissão Coordenadora”. O Professor Alessandro Girardi disse que concordava com a proposição do conselheiro César de citar que a comissão coordenadora intermediará o processo. O Professor João Antônio Pereira propôs a troca da palavra “aluno” por

“programa” ou “comissão coordenadora do programa”. O Presidente da Mesa colocou em votação as duas proposições finais: a do professor César como opção 1: “mediado pela Comissão Coordenadora do Programa”; e a do professor João como opção 2: “cabe à Comissão Coordenadora do Programa”. Resultado: Aprovada a opção 2 com 21 votos contra 19 votos da opção 1. O conselheiro Alessandro Girardi concordou com a alteração.

**Resultado:** Aprovado o Processo de Alteração do Regimento do Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica. Abstiveram-se os conselheiros: Aline Balladares, Sérgio Ivan e Fábio Rodrigues.

## **9. Comissão Eleitoral Geral:**

**9.1 Processo:** 23100.002658/2015-18. **Origem:** CEG/Coord. do SisBi. **Objeto:** Proposta de Edital de Eleição da Coordenação do Sistema de Bibliotecas (SisBi). **Parecer:** Favorável à aprovação. O Professor Maurício salientou que o Edital havia sido suspenso no ano de 2015, retornando ao Pleno neste momento para que os conselheiros tomassem conhecimento do histórico do documento. Sobre o processo, o conselheiro Evelton informou que sua suspensão foi ocasionada por um item do Edital, gerador de grande discussão, que trazia a hipótese de a coordenação ser exercida da unidade da chapa eleita. O conselheiro esclarece que a CEG reencaminhou o processo do Edital ao CONSUNI com a proposta da modificação do item problemático. Como a Resolução do SisBi é omissa em relação ao tema, os bibliotecários, em reunião proposta pelo Vice-reitor, entenderam como importante o exercício das atividades de coordenação na cidade de Bagé, ficando o servidor vinculado ao Gabinete da Reitoria durante o exercício de tal função. Ainda foi informada pretensão de inclusão de ponto no documento que atenta para a situação de coordenador eleito que esteja lotado em outra unidade. O item adicional salienta que não será destinada verba para ajuda de custo ou diárias durante a gestão de tal servidor. A adição do item, segundo o conselheiro, confirma a necessidade da manutenção das atividades da coordenação na cidade de Bagé e, a impossibilidade de reposição de vagas aos *campi*, no caso de remoção de servidor eleito para o cargo. Tomando a palavra, o vice-presidente questiona se o impedimento que o item adicional traz se refere a ajuda de custo e diárias para um possível pedido de remoção do servidor eleito para a atividade ou, para o exercício das atividades da coordenação. Ressalta que o coordenador do SisBi precisa realizar viagens às diferentes Unidades, não podendo ser impedido de solicitar ajuda de custo e diárias. O conselheiro Evelton disse que o ponto incorporado ao Edital se refere exatamente ao pedido de ajuda de custo/diárias para remoção, o que não interferirá nos pedidos do servidor para cumprimento de suas atividades na coordenação. Para ele, é importante que os servidores interessados na candidatura estejam cientes de que seu trabalho deverá ser exercido em Bagé, na Reitoria. Por fim, ele ainda acrescentou informações acerca da alteração do cronograma do Edital, o que acarretará novo prazo para lançamento do documento e novo período de inscrições dos interessados. A conselheira Aline Balladares esclareceu que a decisão pela mudança do item no Edital tomou como base a ata de reunião de julho de 2016 entre os bibliotecários e o Vice-Reitor, a quem a coordenação das bibliotecas está vinculada. Com a abertura para fala dos demais conselheiros, a conselheira Ana Paula questionou se um servidor é obrigado a exercer suas atividades em outra cidade, pela natureza e pelas obrigações do cargo e afirmou que ele, garantido por lei, tem o direito de solicitar tanto a verba para deslocamento como auxílio-moradia. Ela completou sua fala afirmando que, mesmo que tal impedimento conste em Edital, se o servidor entrar na justiça, ele ganhará o auxílio. Após a fala da conselheira Ana Paula, o Presidente da Mesa informou que o auxílio-moradia é garantido apenas aos titulares de CD. Acrescentou, depois de questionar a secretária do CONSUNI, que o auxílio para o servidor que troca de local de exercício é garantido pela Lei nº 8.112/90. O conselheiro Evelton assinalou que o texto do Edital ainda pode ser melhorado, deixando claro que o documento deve deixar explícita a impossibilidade de reposição de vagas ao *campus* do coordenador eleito caso esse não exerça suas atividades em Bagé. Com a discussão sobre o tema, os conselheiros optaram por votar o envio do processo à Comissão de Regimentos e Normas para análise do ponto controverso.



**Resultado:** Aprovado com 40 votos o envio do processo à CRN. Absteve-se da votação a conselheira Aline Balladares. Ausentes os conselheiros: Camila do Canto e Edson Paniágua.

**9.2 Processo:** 23100.002493/2016-65. **Origem:** CEG/CPD. **Objeto:** Homologação dos candidatos eleitos e/ou indicados do Edital 04/2016 – Eleição de Representantes para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPD). A conselheira Aline Balladares lembrou que na reunião de dezembro foi definido que as Unidades que não elegeram representantes deveriam indicá-los por meio dos Conselhos de Campus. A Presidente da CEG procedeu a leitura do memorando CEG 03/2017 com a representação da CPD das 10 unidades com representantes eleitos e indicados e informou que faltava a indicação da suplência no Campus Itaqui para completar a lista. O conselheiro Maurício Aires solicitou que o Campus Itaqui providencie essa indicação para a próxima reunião ou para os próximos dias, a fim de se completar a Comissão. Não havendo mais considerações, colocou a matéria em votação.

**Resultado:** Aprovada a homologação dos eleitos e/ou indicados. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Cláudio Albano, Cristiano Jesse, Alessandro Girardi, Camila do Canto, Hélio Rech e Denis Cobas.

Assumiu a Presidência da Mesa o Decano do Conselho, conselheiro Victor Kloeckner Pires.

**9.3 Processo:** 23100.002586/2016-90. **Origem:** CEG/CONCUR. **Objeto:** Alteração do Cronograma do Edital 05/2016 – Eleição para o Conselho Curador (CONCUR). O conselheiro Evelton Ferreira comunicou que não houve inscritos para o Edital e que, devido a isso, o cronograma teria que ser alterado, com reabertura do período de inscrições. Solicitou que os conselheiros divulguem em seus *campi* o Edital, para que se completem as vagas em aberto no Conselho Curador. O Vice-Presidente do Conselho, Professor Maurício Vieira, assumiu novamente a Presidência da Mesa e colocou o processo em votação.

**Resultado:** Aprovada por UNANIMIDADE a Alteração do Cronograma. Ausente no momento da votação o conselheiro Cláudio Albano.

**9.4 Processo:** 23100.000958/2017-24. **Origem:** CEG/CONSUNI. **Objeto:** Proposta de Edital de Eleição para Representação Discente no CONSUNI (2017/2018). A conselheira Aline Balladares falou que foi usado o mesmo Edital da eleição passada, sendo alterado apenas o cronograma, e que a publicação do edital será em 03/04, com as eleições marcadas para 30/05 e posse dos conselheiros na reunião ordinária de junho. O Presidente solicitou à comunidade discente atenção aos prazos e colocou a matéria em votação.

**Resultado:** Aprovado o Edital de Eleição para Representação Discente no CONSUNI. Abstiveram-se os conselheiros: Cháriston Dal Belo e Milena Carvalho. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Cristiano Jesse, Ronaldo Colvero, Rogério de Vargas e Victor Pires.

A conselheira Aline, em nome da CEG, pediu para que os *campi* divulguem os editais abertos, principalmente o do CONCUR, e falou que em breve entraria em contato com as direções para solicitar que esses editais sejam publicados nas páginas das unidades, assim como no portal da UNIPAMPA.

## **10. Gabinete da Reitoria:**

**10.1 Processo:** 23100.003726/2016-47. **Origem:** GR/PAMPATEC. **Objeto:** Convênio entre a UNIPAMPA e a Secretaria de Desenvolvimento, Ciências e Tecnologia (SDECT/RS), aprovado pelo Ato *ad referendum* 01/2017. **Parecer da CR U-S:** Favorável à aprovação.

**10.2 Processo:** 23100.000230/2017-01. **Origem:** CR/HUVet. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a UNIPAMPA e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana, aprovado pelo Ato *ad referendum* 02/2017. **Parecer da CR U-S:** Favorável à aprovação.

**10.3 Processo:** 23100.002872/2016-55. **Origem:** GR/PROGRAD. **Objeto:** Ajuste do Calendário Acadêmico 2017 aprovado pelo Ato *ad referendum* 03/2017. **Parecer:** Favorável à aprovação.

**10.4 Processo:** 23100.000801/2017-07. **Origem:** GR. **Objeto:** Afastamento do país, com ônus para a UNIPAMPA, do Reitor Marco Antonio Fontoura Hansen, com ônus para a UNIPAMPA, para fins de Intercâmbio Acadêmico Brasil/Peru – Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), na cidade de Lima, Peru, aprovado pelo Ato *ad referendum* 04/2017. **Parecer:** Favorável à aprovação.

O Presidente sugeriu a votação em bloco dos processos do Gabinete da Reitoria, e, não havendo manifestações, as matérias foram votadas.

**Resultado:** Aprovados por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Cláudio Albano, Aline Ballardares, Rafael Schmidt, Ana Paula Ferreira, Rogério de Vargas e Lúcia Irala.

**10.6 Processo:** 23100.000741/2017-14. **Origem:** GR/NUDEPE. **Objeto:** Programa de Ações de Capacitação dos Servidores 2017. Como não houve manifestação dos conselheiros, o assunto entrou em regime de votação.

**Resultado:** Aprovado. Absteram-se os conselheiros: Rafael Schmidt, Ana Paula Ferreira, Rogério de Vargas e Fábio Rodrigues. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Cláudio Albano e Lúcia Irala.

**10.7** Definição da Representação Externa no Conselho Universitário (2 titulares e 2 suplentes):

Pelo Campus Alegrete: Maria de Fátima Marchezan Menezes da Silva, Presidente da Associação dos Arrozeiros de Alegrete. Pelo Campus Bagé: Claudia Maydana Mendes, membro da Comunidade do Bairro Malafaia e Diretora da Escola Municipal Peri Coronel. Pelo Campus Dom Pedrito: Mário Augusto de Freire Gonçalves, Prefeito Municipal de Dom Pedrito. O Presidente cedeu espaço para que os diretores apresentassem os candidatos. O conselheiro Roberlaine disse que indicou a Senhora Fátima por conhecer o trabalho desenvolvido entre a Associação dos Arrozeiros de Alegrete e o Campus Alegrete. Citou estágios, convênios e trabalho junto à comunidade. Disse entender que o setor é muito representativo para aquela região e acredita que ela poderá sintonizar os interesses para dentro do Conselho. Salientou que a candidata é discente da UNIPAMPA, com vínculo efetivo em situação de trancamento, disse que a representante conhece bem a Universidade e que poderá contribuir muito com este Conselho. O conselheiro Cláudio Albano fez um breve relato de apresentação da candidata diretora da Escola Municipal Peri Coronel e membro da comunidade do bairro Malafaia; pessoa muito envolvida com a Universidade, tendo desenvolvido vários projetos desde o início da UNIPAMPA em Bagé. O conselheiro Thiago Beuron fez a indicação do Prefeito Municipal de Dom Pedrito, lembrando que em outros momentos vários prefeitos já estiveram presentes neste Conselho e no Conselho de Campus, indicou o atual Prefeito de Dom Pedrito, Sr. Mário Augusto de Freire Gonçalves. Enfatizou que o prefeito tem dado muito apoio às ações e iniciativas da Universidade, além de ser um representante legitimado pelo povo. O Presidente da Mesa confirmou junto à Secretaria do Conselho o número de assentos da representação externa no CONSUNI, sendo dois membros titulares e dois suplentes. O conselheiro Franck sugeriu que votassem em dois nomes para titular e o terceiro seria suplente. O conselheiro Victor questionou se há como garantir que a candidata por Alegrete ficará em situação de trancamento, pois, caso contrário, poderá caracterizar representação discente. O Presidente disse que, se a candidata está dentro dos prazos legais de trancar e retornar, a não ser que a matrícula esteja cancelada, mesmo estando em situação de trancamento, ela mantém sim o vínculo com a Instituição. Na sequência, o conselheiro Hélio Rech disse que, se a UNIPAMPA está abrindo espaço para a participação da sociedade, está pedindo que essa sociedade indique a representação, com ou sem vínculo. Considera que é preciso evoluir, que essas vagas disponíveis sejam divididas por segmentos da sociedade, a fim de realmente refletirem o contexto da região em que a Universidade está inserida. O conselheiro Cláudio Albano sugeriu que seja dado um prazo maior para que todas as Unidades apresentem o seu representante e que os representantes deste Conselho sejam escolhidos de acordo com a Resolução 6/2010. O Presidente explicou que a solicitação de indicação do membro externo foi encaminhada no ano passado e que todas as direções sabem da importância do representante externo, independente se entraram agora ou não. Finalizou dizendo que não

se pode privar a sociedade dessa participação. O conselheiro Sérgio Ivan considera uma descortesia a postergação dessa escolha. Disse que é difícil encontrar pessoas que se disponham a participar, e, em respeito aos que se colocaram à disposição, é preciso sim fazer a escolha hoje. Com relação ao vínculo, o conselheiro acredita que isso poderá levar a legislar em causa própria, com direito a um voto que ele considera indevido e, por isso, justifica o cuidado de não colocarem alguém com vínculo indireto com a Universidade. Também apoiou a proposta do conselheiro Franck. O Presidente informou que na Resolução 6 não há qualquer impeditivo da comunidade externa ter vínculo com a Instituição e estar na situação de matrícula trancada. O conselheiro Roberlaine esclareceu que ela não está matriculada e disse que fez questão de estabelecer o vínculo para mostrar a sintonia da candidata com a Universidade. Salientou que o filho da candidata é aluno da UNIPAMPA e que, se continuarem com essa linha de raciocínio, será necessário analisar o grau de parentesco com a vinculação da/na Instituição. Fez questão de salientar que o interesse do Conselho não é de uma categoria, mas da Universidade, e que não gostaria de fazer essa divisão. O conselheiro disse também que as pessoas têm dificuldade em entender o tipo de contribuição que podem dar e o fato de a senhora Maria de Fátima ter aceitado é porque ela entende e por ter convivido no ambiente da Universidade. Na sequência, o conselheiro Diego Noronha lembrou que já ocorreu essa situação aqui no Pleno, quando um representante discente era também um servidor TAE, e que, como o próprio Presidente falou, não há nenhum impedimento normativo. O conselheiro Hélvio considera este um processo em construção, e o importante é que o membro externo tenha a maior representatividade no setor ou segmento da sociedade que ele está representando e primar por mais essa representação externa. Disse concordar que, se as pessoas se disponibilizam isso precisa ser valorizado. O conselheiro Thiago Beuron fez questão de esclarecer que não está tratando de importância ou relevância na indicação do Campus Dom Pedrito. Entende que precisa ser uma pessoa representativa, não apenas no município, mas principalmente, que tenha a visão da importância da Universidade para o município, a região e o estado e que trabalhe ativamente em prol da Universidade e do desenvolvimento regional. Disse que o questionamento não era em relação à importância ou relevância das indicações, mas sobre a abrangência delas. Finalizando, o conselheiro disse que a segunda questão era sobre a indicação de um aluno com vínculo ou sem e insiste que o representante deve ter a perfeita noção da importância deste Conselho e da importância para a sociedade. O conselheiro Sérgio Ivan respondeu diretamente ao conselheiro Roberlaine, que de maneira alguma fez uma desqualificação da indicação de Alegrete, afirmando que o questionamento foi somente teórico em relação a esse ponto e a uma dúvida regimental que já foi esclarecida. Disse que pedia desculpas se houve alguma interpretação diferente, e que não houve intenção de desmerecimento ou desqualificação de quaisquer candidatos. O conselheiro César sugeriu que se vote em um único nome, sendo que os dois mais votados seriam titulares. O Presidente coloca em votação as duas proposições: 1) votação em dois nomes; 2) votar em um único nome.

**Resultado:** com 24 votos a favor foi aprovada a proposta 1) votação em dois nomes. A proposta 2) votar em único nome obteve 10 votos. Abstiveram-se os conselheiros: Ana Paula Ferreira, Douglas Mayer Bento, Nara Zamberlan dos Santos, Vicente Guilherme Lopes, Victor Pires, Lúcia Irala Leitão e Milena Skolaude Carvalho. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Ana Cristina Rodrigues e Thiago Eliandro de Oliveira Gomes. Na sequência, a Mesa colocou em votação, por nome do Campus, a indicação dos membros externos.

**Resultado:** a indicação do Campus Alegrete obteve 21 votos; a indicação do Campus Bagé obteve 35 votos e a indicação do Campus Dom Pedrito obteve 19 votos. Com esse resultado foram eleitos titulares os indicados pelos *campi* Alegrete e Bagé, ficando como suplente a indicação do Campus Dom Pedrito. Abstiveram-se os conselheiros: Aline Balladares, Cháriston Dal Belo, Nara Zamberlan dos Santos e Vicente Guilherme Lopes. Ausentes: Ana Cristina Rodrigues e Thiago Eliando de Oliveria Gomes.

## 11. Assuntos Gerais:

**11.1** Sobre o RU do Campus Uruguaiana: o conselheiro Querol explicou que, embora este assunto tenha sido amplamente falado na Reunião de Dirigentes ocorrida no dia 29/03, por representatividade do Campus Uruguaiana, fez questão de trazer esta pauta para conhecimento e deliberação. O conselheiro fez um breve relato: disse que receberam a visita de um fiscal do Ministério do Trabalho acompanhado da Coordenadora Administrativa e fiscal do contrato do RU. O Diretor Querol disse que esses fatos decorreram de dezenas de ouvidorias que recebiam diariamente, quatro no dia de hoje. 1) Apontou o problema das grandes filas que se formam no Restaurante, cuja resposta já está encaminhada, sem problemas. 2) Pelas grandes filas que se formam, muito acadêmicos não recebem comida suficiente, talvez o RU não forneça a quantidade estipulada em contrato. 3) Má qualidade dos alimentos foi relatada por vários alunos que passaram mal após sua ingestão. De imediato, a fiscal do trabalho encaminhou memorando à Direção do Campus com todos esses apontamentos. Imediatamente a Direção endossa os apontamentos e encaminha o ofício diretamente à PF/UNIPAMPA para tomada de providências com a maior brevidade possível. A Procuradoria entende que não são questões jurídicas, mas administrativas, posição da qual o Diretor Querol discorda. O passo seguinte foi encaminhar o assunto ao Gabinete da Reitoria para providências. Continuando, o conselheiro disse que, a partir desses encaminhamentos, houve uma reunião entre a Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura; a de Assistência Estudantil e Comunitária, ambas representando a Reitoria. Foi elencado pelo proprietário da empresa que a UNIPAMPA tem problemas de instalações físicas, que falta espaço para manipulação dos alimentos, não há tratamento de esgoto, além de existir problemas na parte elétrica. Foi-lhe perguntado qual a interferência disso na qualidade da alimentação oferecida nos RUs, questão que ele não respondeu. Sobre a falta de alimentos também não respondeu. O conselheiro Querol disse ter sido informado pela representante dos acadêmicos que, se fecharem o RU do Campus Uruguaiana, muitos estudantes não poderão continuar os estudos. Relatou também que, em conversa informal com a Secretária de Saúde do Município, foi-lhe dito que ela havia recebido diversos pedidos para fechamento do RU. Disse que o entendimento da Gestão do Campus em um primeiro momento foi para que se tomasse uma medida judicial ou realizasse o fechamento de imediato, por causa da quebra de contrato dentro das previsões legais daquele RU. O conselheiro explicou que a questão era resolver se colocava em risco a vidas das pessoas ou se tomava uma medida protetiva para a qualidade de vida das pessoas. Por toda a exposição, solicitou ouvir os conselheiros, já que tudo isso continua acontecendo, perguntou qual o melhor encaminhamento sobre termos o nome da Instituição manchado na mídia sobre corresponsabilidade com a vida dos nossos estudantes, pois se a Instituição não tomar uma medida, talvez o poder público a faça. Lembrou que o Campus Uruguaiana é o *campus* da saúde, com Cursos de Fisioterapia, Farmácia, Enfermagem e agora Medicina. Finalizou dizendo que gostaria de voltar com o encaminhamento dessa situação. O Presidente informou que há os fiscais de contratos, os termos de referência, o gestor do contrato e que todos eles sabem quais são as suas tarefas, atribuições e os encaminhamentos que devem fazer em situações como essa. O conselheiro Roberlaine se solidarizou e disse que essa é uma situação que pode acontecer em qualquer Unidade. Relatou que, no período de transição, já tratava com o RU de Alegrete, que encerrou suas atividades em 1º de dezembro, retornando no dia 23 de março. Agradeceu a todos que participaram desse momento de transição, tanto do Campus Alegrete como da Reitoria. Disse que este espaço também é para ressaltar as pequenas vitórias. Disse que é necessário encontrarem um fluxo, um mecanismo para que esse tipo de assunto seja resolvido antes de chegar ao Conselho, pois estas reuniões são públicas, e a repercussão de um assunto assim obviamente será muito negativa. Salientou que não é uma questão de “esconder o sol com a peneira”, mas que talvez uma boa conversa com as partes envolvidas tivesse dado outro rumo a esse assunto. Exemplificou que isso foi realizado no Campus Alegrete com a presença do concessionário do Restaurante. Disse que o fechamento do RU em dezembro gerou uma situação desconfortável, pois em janeiro e fevereiro o Campus estava com período letivo especial, com menos estudantes e menos servidores, mas que

não estavam sendo atendidos. Agora, com a reabertura, conseguiu chegar a um bom termo por meio de diálogo e acredita que isso o que o conselheiro Querol está trazendo é para que a comunidade tenha clareza e para que se busque uma solução. Finalizando, disse que é preciso debater sobre os contratos, já que muitos dificultam as tomadas de decisões e que, do jeito que tudo foi colocado em relação ao RU de Uruguaiana, não tem certeza se ele deveria ter sido aberto nas condições em que foi. Na sequência, o Pró-Reitor de Administração Evelton Ferreira ressaltou que os fiscais de qualquer contrato, ao constatarem algum tipo de irregularidade, iniciam toda uma movimentação de notificação à empresa e, posteriormente, ao gestor dos contratos. Ressaltou que muitas vezes os problemas que acontecem nas unidades não chegam ao conhecimento da Pró-Reitoria e que isso dificulta as ações. Disse que todas as orientações de procedimentos constam no manual dos contratos, inclusive os prazos, pois é importante que o concessionário tenha o direito de defesa. Se tudo isso não surtir efeito, então a PROAD encaminha a demanda ao setor competente para as sanções cabíveis, e, para que todas as etapas sejam realizadas e os prazos cumpridos, continuou o Pró-Reitor, é importante que o fiscal seja bem atuante, como foi no caso do RU do Campus Uruguaiana, e, com base nesses procedimentos, a Pró-Reitoria está tomando as providências cabíveis. Esclareceu que é um trabalho conjunto entre a PROAD, PRAEC e PROPLAN e disse entender o apelo do conselheiro Querol, mas que todos estão trabalhando para dar o melhor encaminhamento. Na sequência, o conselheiro Marcello Ferreira disse que as responsabilidades com relação aos RUs são bastante compartilhadas. Disse que a Pró-Reitoria tem um olhar para a saúde e para a assistência estudantil, que há um nutricionista e que as inspeções são periódicas em relação às boas práticas alimentares em todos os restaurantes da Instituição, observando todas as normas e regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Esclareceu que são expedidos pareceres técnicos assinados pelo profissional responsável, alertando das condições do restaurante, e afirmou que essas práticas serão mantidas, inclusive nos RUs que estão sendo inaugurados. Disse também que o outro ponto é relacionado com a política e assistência estudantil, que é uma garantia da Gestão e da PRAEC, pois qualquer que seja o encaminhamento ou a medida tomada a respeito do RU Uruguaiana, ou mesmo de qualquer outro que possa ter problema, será garantida a assistência aos alunos com recursos PNAES ou de alguma outra forma. Finalizou dizendo que o processo deverá passar por uma série de ritos que precisam ser respeitados, mas que a PRAEC, naquilo que lhe é de competência, ou seja, na política de assistência estudantil, está totalmente inteirada e integrada ao processo e dará todo o respaldo à comunidade acadêmica do Campus Uruguaiana, especialmente aos discentes vulneráveis. O conselheiro Diego Noronha fez um breve resgate histórico de como está o processo em Uruguaiana. Lembrou que, em 2012, após o término da greve docente, a Universidade estendeu o calendário de aulas para dezembro, janeiro e fevereiro. Devido ao excessivo calor, os alunos se organizaram para a greve discente pela luta de climatização nos 10 *campi*, e Uruguaiana, que não tinha RU, se organizou e resolveu lutar também pelo restaurante universitário. Naquela época, continuou, foi apresentado aos estudantes um projeto de RU que deveria ser construído onde hoje estão as estufas do Curso de Aquicultura. Para acabar com a greve discente, também foi prometido que, até o final da construção, os discentes teriam refeições subsidiadas na cantina, com estrutura para 120 almoços, no sistema de rotação. O conselheiro relatou que são mais de 1.800 alunos e que as filas eram enormes. Salientou que, apesar de a situação ser bem antiga, sempre houve o diálogo entre os discentes e os gestores, tanto com os antigos como com os atuais. O conselheiro considera que, em nível de *campus*, esse assunto já passou por todas as instâncias, e pediu informações sobre a construção do novo RU, pois, enquanto ele não estiver pronto, solicitou que a cantina volte a ser subsidiada como antigamente. O Presidente solicitou que, apesar de o debate ser frutífero, que sejam mais objetivos, pois ainda há vários pontos a tratar. O conselheiro Luís Hamilton informou que, na semana passada, esteve em Uruguaiana com engenheiros civil e elétrico fazendo um parecer e um levantamento das condições do imóvel. Disse que constataram a precariedade do prédio, apesar do acordo contratual do concessionário de realizar algumas benfeitorias que não foram feitas. Disse que, por todo avanço no debate, não tem dúvida do

desenvolvimento do trabalho de um novo RU em Uruguaiana. Com relação à rescisão contratual, acredita que ainda depende de alguns encaminhamentos, mas que deverá ocorrer diante da precariedade do serviço oferecido. Saliu que é preciso encontrar uma metodologia, a fim de que os alunos e servidores não fiquem desatendidos por um período muito longo. Por último, informou que já está mantendo contatos em Brasília na tentativa de liberação de recurso extra para atender a essa demanda. O conselheiro Franck disse entenderem a gravidade da situação e sugeriu a realização de uma força tarefa para tentar resolver o problema o mais breve possível, que realizem isso sempre com base na legislação, pois será extremamente negativo se o RU for fechado por órgão externo. O Presidente informou que estão trabalhando dentro do prazo, inclusive dos prazos contratuais, na esteira da legalidade, para que tudo se resolva com a maior brevidade.

Às 18 horas e trinta minutos registramos a saída da conselheira Ana Paula, que se justificou ao Presidente da Mesa.

**11.1.1** Ginásio do Campus Uruguaiana: o conselheiro Querol lembrou que este assunto já foi objeto de pauta em 2016, e, como prioridade, teriam neste ano uma obra emergencial. Disse entender toda a situação controversa no cenário do País e agradeceu a franqueza e coragem do Pró-Reitor quando voltou atrás e informou que essa obra não seria iniciada. Entretanto, continuou o conselheiro, disse que já estão formando acadêmicos do Curso de Educação Física sem que tenham, até o momento, um ginásio de esportes. Saliu que, graças a forte relação que o Campus mantém com a Prefeitura Municipal de Uruguaiana, na pessoa do senhor Prefeito, conseguiram a cedência do Ginásio Municipal da cidade para que os nossos acadêmicos pudessem desenvolver as atividades práticas do Curso. Relatou que, apesar disso, existe a dificuldade de deslocamento até o centro da cidade em período noturno. Por todo o exposto, solicitou que a Gestão coloque esse tema como prioridade institucional, considerando que, mesmo diante de toda essa situação, os egressos levam e defendem o nome da UNIPAMPA. Na sequência, a conselheira Daiana de Ávila fez a leitura de um memorando encaminhado pela Coordenação do Curso de Educação Física, que passa a ser parte desta ata. Após a leitura do memorando, o Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura, explicou que a empresa responsável pelas obras no Campus Uruguaiana passou por dificuldades causadas pelos constantes atrasos nos repasses financeiros gerados pelo governo federal. Disse que essa empresa têm vários contratos em outras Unidades e que essa falta de repasses provocaram a fragilidade financeira e a impossibilidade de continuar executando os serviços. Disse que, após cumprirem todos os requisitos legais, esses contratos estão sendo rescindidos pelo Setor de Contratos. O Pró-Reitor fez questão de esclarecer que o governo não está repassando às instituições nem mesmo o percentual de 1/18 (um dezoito avos), proposto com a aplicação do dispositivo legal do Decreto nº 8.961. Informou que os memoriais descritivos das obras estão sendo concluídos e que há uma previsão, deixando o registro de que isso depende do limite orçamentário a ser liberado pelo governo. Saliu que a Universidade tem quatro obras consideradas prioritárias para serem iniciadas neste ano: 1) o Laboratório de Lavra e Tratamento de Minérios (LATRAM) em Caçapava do Sul; 2) o prédio administrativo de São Gabriel; 3) o prédio administrativo de Itaqui e 4) o Ginásio de Uruguaiana. Disse que há outras obras programadas, que as direções já foram informadas, e solicitou que isso seja repassado às comunidades acadêmicas. Também falou que há obras em andamento: em Jaguarão, Dom Pedrito e Santana do Livramento, todas, inclusive, com garantia de recurso orçamentário que não é deste ano. Saliu que não tem o poder de afirmar a data de início e término da obra, mas considerando a previsão da licitação em julho, e que, pensando positivamente, o término será em 2018. Com relação ao espaço da piscina, disse já estar dentro do planejamento; quanto ao complexo, disse que enviará a resposta à coordenação do Curso e apresentará aqui neste Pleno para registro. O conselheiro Diego Noronha informou que finalizou seus estudos no Curso de Educação Física em fevereiro e que, antes dele, houve cinco turmas; que até 2018 haverá mais duas ou três turmas. Disse que entende que existem mais cursos e que todos são importantes, cada um com as suas

necessidades, todos com suas salas de aula, mas que este Conselho precisa entender o Ginásio do Campus Uruguaiana como sala de aula do Curso de Educação Física, é o laboratório do Curso para as práticas. Disse também que sabem que as obras dependem das demandas do governo e questionou qual das quatro obras prioritárias é a primeira obra.

**11.1.2 Criação de uma Fundação:** o conselheiro Querol iniciou sua fala afirmando que é fácil levantar problemas; o grande desafio é encontrar os caminhos. O conselheiro apresentou a ideia de criação de uma Fundação como uma premissa de uma grande saída para a Universidade. Disse que o assunto já foi debatido outras vezes, e considera que se chegou ao limite do encaminhamento. Informou que o Campus Uruguaiana possui um setor produtivo, que Dom Pedrito, Itaqui e São Borja também devem ter. Especificamente no Campus Uruguaiana, há o CTPEC que faz contato direto com a comunidade, que está disponível para aportar um grande valor de recursos para uma produção da qualidade genética dentro do Campus, há também doações de animais, estudos e fomento com valores bastante consideráveis. Salientou que na parte da agropecuária há a biotecnologia da reprodução, que gera nascentes, que esses animais precisam ser alimentados e que não há condições de conseguir esses alimentos, mesmo com a obrigatoriedade do processo de ensino-aprendizagem. Disse que com uma fundação seria possível vender esses animais como forma de captação de recursos. Considerando a avicultura, a bovinocultura, o ovino de corte, bovino de leite, a piscicultura e a suinocultura, o Campus Uruguaiana teria condições de arrecadar anualmente mais de R\$ 100.000,00. Ressaltou que esse valor pode qualificar as bolsas ou ajudar na manutenção do Campus. Disse entender a situação que o País atravessa também na área da educação e o esforço feito pela Gestão para a implantação de uma fundação. Salientou que, em visita àquela Unidade, a Pró-Reitora de Extensão e Cultura, conselheira Nádia Bucco indicou a possibilidade de se trabalhar com base na “prestação de serviços”. O conselheiro comentou ainda que o processo de ensino-aprendizagem fica prejudicado pela carência de recursos. Lembrou que a Universidade poderá ainda efetuar a venda de produtos e subprodutos, além de parcerias com o setor público e privado. Lembrou que a Universidade conta com vários laboratórios, que, se forem cadastrados, também poderão prestar esse tipo de ação. O conselheiro disse saber das dificuldades e da demora em criar uma fundação, mas sugeriu que a UNIPAMPA se alie a outra fundação; se o caminho for a prestação de serviços, que a Gestão tome isso como prioridade. Questionou se há alguma outra possibilidade de tomar esse recurso e utilizá-lo de forma legal. Finalizando, disse que o cenário é de cortes nos recursos e que o Campus Uruguaiana está abrindo a possibilidade de captação de recursos. Na sequência, o conselheiro Luís Hamilton lembrou que a captação de recursos por convênios com órgãos do governo do estado, e, até com outras instituições na esfera Federal, está bem dificultada para a submissão e execução de projetos. Lembrou que em 2016 foram três momentos de abertura de crédito e que a Instituição apresentou pedidos para suplementação orçamentária para créditos adicionais, sem sucesso. Explicou que, quando se busca a captação de recursos junto à submissão de projetos e, esses são contemplados, recebem-se os recursos financeiros e realizam-se todos os procedimentos burocráticos para aporte desses recursos; uma vez aportados, solicita-se ao MEC a liberação de dotação orçamentária de recurso ou de limite orçamentário para a execução dos projetos. Assim como no ano passado, este ano o governo voltou a informar que não há espaço orçamentário em razão do déficit das contas públicas, assunto que foi amplamente debatido no último fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração, já que é recorrente em todas as instituições. Informou que muitas universidades estão eficientes em captar recursos, entretanto, não conseguem fazer a execução, tendo como resultado vários problemas como: o risco de responder aos órgãos de fiscalização pela não execução do recurso. Disse ter ficado muito claro no fórum que o governo empurra as universidades para o caminho das fundações. O conselheiro considera o debate apropriado, com a criação de um GT e com a participação dos órgãos de controle e fiscalização da Universidade, convidando outras instituições que já têm sua fundação, a fim de que a UNIPAMPA consiga evoluir nessa temática. O conselheiro Sérgio Ivan disse que este assunto precisa ser debatido, pois, mesmo considerando que somos uma fundação, ainda é necessário um

marco regulatório, que é o debate de como fazer a captação e o uso de recursos públicos e privados; de como fazer a prestação de serviço e de como fazer o partilhamento ou as obrigações dessa captação. Disse que, quando se opta por uma fundação externa à universidade, trata-se de uma entidade pública de direito privado e que pode falir. Com a UNIPAMPA, por ser vinculada ao MEC, isso não ocorre. Salientou que essas questões técnicas e estratégicas são necessárias e que atualmente esse é o caminho. O conselheiro disse que é preciso um debate, um diálogo para se definir em que moldes se deseja uma fundação. O Presidente agradeceu e concordou com a relevância do assunto, informando que a PROPLAN tem a tarefa de trazê-lo ao debate.

**11.2** Agenda de reuniões do CONSUNI: o conselheiro Franck Peçanha iniciou sua fala explicando que autismo é uma condição humana que envolve em torno de 70 milhões de pessoas no mundo e que, infelizmente, a palavra é usada de modo incorreto e pejorativo. Disse acreditar que as pessoas o façam sem perceber. Segundo o conselheiro, é preciso lembrar que há pessoas nessa condição que são gênios, muito inteligentes; já outros, possuem problemas de comunicação, mas que todos vivem no mesmo mundo onde vivemos e tentam fazer relações da mesma forma. Disse que é preciso evidenciar o uso incorreto do termo. Passando à solicitação de inclusão de pauta, o conselheiro disse que é impossível reunirem-se a cada três meses, pois, nesse intervalo, acontecem muitas coisas que ficam impossibilitadas de debater em razão do tempo decorrido entre as reuniões. Sugeriu que as reuniões voltem a ser em intervalos menores. Sobre a utilização de videoconferência, o conselheiro acha que deve ser testada, mas não concorda com a implantação sistemática, considerando que antes viajava-se para todos os *campi* e hoje não mais. Considera que isso distanciará ainda mais os conselheiros. Na opinião do conselheiro, esse é só o contraponto às reuniões do Conselho Superior, pois acredita que a aproximação entre as pessoas facilitará à Gestão, que poderá ouvir mais e, com isso, ter mais suporte para as decisões, sem tantos *ad referendum* e as complicações advindas desses atos. Finalizando, fez questão de dizer que isso foi só a título de esclarecimento. O Presidente esclareceu que o número de reuniões foi alterado regimentalmente, mas que qualquer conselheiro pode solicitar nova alteração.

**11.2.1** Avaliação acadêmica de alunos com deficiência: o conselheiro Franck disse que o ingresso de alunos com deficiência na Universidade é pequeno, e menor ainda é a quantidade de formandos com essa condição. Disse que a forma como são avaliados é um dos fatores de desistência desses alunos. Sugeriu que no plano de ensino seja colocado um tópico dizendo que pessoas com deficiência sejam avaliadas respeitando-se o grau da sua necessidade. Salientou que, apesar de parecer lógico, não o é, e que muitos docentes não respeitam isso e avaliam esse aluno como acham que deve ser avaliado. Enfatizou que esse é um direito do discente, mas que precisa ficar registrado para efetivamente ser cobrado.

**11.2.2** Manifestação da Instituição sobre a reforma trabalhista: o conselheiro Franck lembrou que nas reuniões deste Pleno passa-se o dia debatendo sobre a falta de dinheiro. Disse que as consequências disso e de todas essas ações propostas pelo governo federal afetam gravemente os graduandos e alunos do Ensino Médio e Infantil. No seu entendimento, a Universidade, com seus docentes e técnicos, preparados nas diferentes áreas, deve elaborar um documento explicitando o que as reformas previdenciária e trabalhista farão conosco e com quem vier depois nós, o que acontecerá com o País caso essas propostas sejam aprovadas, a fim de que já tenhamos em mão um documento. Disse que dessa forma farão política baseada em formação técnica, preparada por profissional capacitado. Disse que pensa a Universidade além de ensino, pesquisa e extensão e afirma que a oportunidade é agora. Disse que será um posicionamento técnico e político, não partidário. A Pró-Reitora Adjunta da Graduação agradeceu à Presidência da Mesa por ter-lhe concedido espaço e disse concordar com a necessidade de se provocar um debate sobre o que já está seguro por lei, como a educação, a sustentabilidade, o debate sobre gênero, a educação ambiental, os direitos humanos, hoje fazem parte da política nacional de educação. Salientou que estão fazendo um trabalho de discussão de orientação dos projetos pedagógicos de cursos nessa perspectiva. Na sequência, o conselheiro Hélvio



Rech também concordou com a pertinência do assunto e o vê como um papel da universidade. Salientou que é preciso pensar sim nas consequências impactantes para os setores da região e que esta é uma forma de ajudar a sociedade. O Presidente da Mesa disse nada impedir a formação de um grupo ou de alguns conselheiros e outros colegas da comunidade de organizarem um arrazoado ou alguma situação para ser apresentada na próxima reunião para um debate, e, como bem falado pelo conselheiro Hélvio, este é um espaço plural, e, se o Conselho entender que é pertinente, poderão sim elaborar um documento, uma manifestação, carta ou moção.

**11.3** Agenda do Congresso Nacional da UNE (CONUNE): o conselheiro Diego Noronha solicitou colaboração da PRAEC e da Reitoria para o transporte de três discentes por *campi*, a fim de participarem desse evento que acontecerá nos dias 14, 15, 16 e 17 de junho, em Brasília. Informou que, na semana passada, iniciou a eleição da C10 nas instituições que ainda não têm DCE, como a UNIPAMPA. O Presidente solicitou que o representante discente encaminhe o projeto a fim de enviá-lo para a PRAEC e PROPLAN para análise da dotação orçamentária. O conselheiro Diego assegurou que na próxima semana será encaminhado o documento e o projeto. O Presidente garantiu assessoramento e análise para atendimento da demanda discente.

**11.3.1** Relato sobre a questão dos indígenas: o conselheiro Diego agradeceu à PRAEC pelo apoio no acolhimento aos indígenas no Campus Uruguaiana. Disse que naquela Unidade há seis acadêmicos que estão muito entusiasmados com essa oportunidade, com muitas ideias relacionadas à cultura indígena dentro da Instituição. Novamente parabenizou a PRAEC, não só pela questão dos indígenas, mas também pelo diálogo com o movimento estudantil. O Presidente falou que era importante ressaltar também o acolhimento dos outros *campi* que tiveram o processo seletivo deflagrado pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, o acompanhamento do HICABI também em outros momentos dessa questão.

**11.3.2** Sobre o processo do Instrumento Regional de Inclusão para o Curso de Medicina: devido ao esvaziamento da Reunião, o conselheiro Diego optou por tratar do assunto na próxima sessão deste Pleno, pois também deseja a presença do Reitor no debate.

Nada mais havendo a tratar, às 19 horas e 30 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Professor Maurício Aires Vieira, Vice-Presidente do CONSUNI no exercício da Presidência, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva do Conselho Universitário. As declarações desta Reunião estão gravadas.

Maurício Aires Vieira  
Vice-Presidente do CONSUNI no exercício da Presidência

Sara Mascarenhas Tarasuk  
Secretária Executiva do CONSUNI